

PESQUISAS E ESCRITAS INTERDISCIPLINARES

OLHARES CONTEMPORÂNEOS

vol. II

Ivanio Folmer
Gabriella Eldereti Machado
Larissa Schlottfeldt Sudati

Organização



ARCO
EDITORES

PESQUISAS E ESCRITAS INTERDISCIPLINARES

OLHARES CONTEMPORÂNEOS

vol. II

Ivanio Folmer
Gabriella Eldereti Machado
Larissa Schlottfeldt Sudati

Organização



Esta obra é de acesso aberto.

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença Creative Commons indicada.



CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Thiago Ribeiro Rafagnin, UFOB.

Prof. Dr. Deivid Alex dos Santos, UEL

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva, UNIDAVI.

Profa. Dra. Camila do Nascimento Cultri, UFSCar.

Prof. Dr. Gilvan Charles Cerqueira de Araújo, UCB.

Profa. Msc. Jesica Wendy Beltrán, UFCE- Colômbia.

Profa. Dra. Fabiane dos Santos Ramos, UFSM.

Profa. Dra. Alessandra Regina Müller Germani, UFFS.

Prof. Dr. Everton Bandeira Martins, UFFS.

Prof. Dr. Erick Kader Callegaro Corrêa, UFN.

Prof. Dr. Pedro Henrique Witchs, UFES.

Prof. Dr. Mateus Henrique Köhler, UFSM.

Profa. Dra. Liziany Müller, UFSM.

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza, UNISC.

Prof. Dr. Dioni Paulo Pastorio, UFRGS.

Prof. Dr. Leandro Antônio dos Santos, UFU.

Prof. Dr. Rafael Nogueira Furtado, UFJF.

Profa. Dra. Francielle Benini Agne Tybusch, UFN.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pesquisas e escritas interdisciplinares
[livro eletrônico] : olhares contemporâneos :
vol. II / organização Ivanio Folmer, Gabriella
Eldereti Machado, Larissa Schlottfeldt
Sudati. -- Santa Maria, RS : Arco Editores,
2022.
PDF.

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-5417-029-1

1. Educação especial 2. Educação inclusiva
3. Estágio Curricular Supervisionado
4. Interdisciplinaridade na educação 5. Políticas
educacionais 6. Práticas educacionais 7. Tecnologia
digital I. Folmer, Ivanio. II. Machado, Gabriella
Eldereti. III. Sudati, Larissa Schlottfeldt.

22-124069

CDD-370.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Práticas educativas : Educação 370.71

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



10.48209/978-65-5417-029-1

Diagramação e Projeto Gráfico: Gabriel Eldereti Machado

Imagem capa: Designed by canva

Revisão: Organizadores e Autores(as)

Arco Editores

Telefone: 5599723-4952

contato@arcoeditores.com

www.arcoeditores.com

SUMÁRIO

CAPITULO 1

RESGATE CULTURAL DO CAMPO ADJUNTO AO PLANO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DO CAMPO.....8

Larissa Schlottfeldt Sudati

José G. Wizniewsky

Liziany Muller

Eduardo Pauli

Débora Pontelli

doi: 10.48209/978-65-5417-029-2

CAPITULO 2

ENSINO DE MÚSICA EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR: ANALISANDO UM CASO NO DOCUMENTÁRIO “PRO DIA NASCER FELIZ”19

Alipio Felipe Monteiro dos Santos

Otávio Oliveira Silva

Lisiane Almeida Ferreira

Julyana Cabral Araújo

Gedson do Nascimento Vasconcelos

doi: 10.48209/978-65-5417-029-3

CAPITULO 3

FORMAÇÃO CONTINUADA, METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS: A NOVA REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....34

Ludimira da Silva Duarte

Ellen Renata Montalvão Oliveira Pedrosa

Jackeline da Silva Sirqueira Souza

Nayara Feitosa de Moraes

doi: 10.48209/978-65-5417-029-4

CAPITULO 4

GINCANA DA MULTIPLICAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ENSINO NAS CLASSES DO FUNDAMENTAL I.....45

Alessandra Lira da Silva

Maria Inês de Souza

Vanusa Lima Barbosa da Silva

doi: 10.48209/978-65-5417-029-5

CAPITULO 5

MITO DA CAVERNA: UMA DAS PRINCIPAIS ALEGORIAS FILOSÓFICAS.....58

Victor Antochaves Sudati

Larissa Schlottfeldt Sudati

Estefanio Guinazu Bernardes

Fernando Rossato

Luciane Martins Garlet

Luciane Maffini Schlottfeldt

doi: 10.48209/978-65-5417-029-6

CAPITULO 6

VIVÊNCIAS DE UM ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISI- NADO NA DISCIPLINA DE LETRAS - PORTUGUÊS EM UMA EJA.....65

Larissa Schlottfeldt Sudati

Clayton Hillig

Liziany Muller

doi:10.48209/978-65-5417-029-7

CAPITULO 7

UM NOVO MODELO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....74

Ludimira da Silva Duarte

Ellen Renata Montalvão Oliveira Pedrosa

Jackeline da Silva Sirqueira Souza

Nayara Feitosa de Moraes

doi: 10.48209/978-65-5417-029-8

CAPITULO 8

SARAU LITERÁRIO ECOLOGIA COM POESIA: O DESAFIO PEDAGÓGICO INTERDISCIPLINAR.....87

Diego Carvalho Viana

Maria do Socorro Alves Barros

Rodrigo Pereira Coelho

doi: 10.48209/978-65-5417-029-9

CAPITULO 9

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES...98

Christiane Menezes Rodrigues

Tatiana Maria Pádua Vieira Machado

doi: 10.48209/978-65-5417-029-10

SOBRE OS ORGANIZADORES.....114

SOBRE OS AUTORES.....115

CAPÍTULO 1

RESGATE CULTURAL DO CAMPO ADJUNTO AO PLANO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO NAS ESCOLAS DO CAMPO

Larissa Schlottfeldt Sudati

José Geraldo Wizniewsky

Liziany Muller

Eduardo Pauli

Débora Pontelli

Doi: 10.48209/978-65-5417-029-2

Introdução

Rodrigues e Bonfim, 2017 retratam que a educação do campo é uma forma de ensino que tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo. Portanto, se tratam de políticas públicas que possibilitam o acesso ao direito à educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisam ter esse direito garantido nas mesmas proporções em que é garantido para a população urbana (RODRIGUES; BONFIM, 2017).

A importância da educação do campo, da valorização da cultura camponesa, onde o estudante se sinta integrado na escola do campo, e as metodologias do ensino retratem as vivências de seu cotidiano. Tratando-se do planejamento didático- pedagógico onde o professor deve fundamentar suas aulas baseadas no modo de vida do estudante.

A educação do campo deve ser vista não apenas como modalidade de ensino, mas ainda como uma política pública que represente a população camponesa com os mesmos direitos educacionais garantidos à população urbana (RODRIGUES; BONFIM, 2017). Rodrigues & Bonfim ainda percebem que na trajetória da educação do campo essa modalidade educacional deixou a desejar, pois não foi realizado o incentivo advindo dos representantes governamentais para que tivesse uma educação do campo condizente com a cultura e identidade do povo camponês.

É preciso incluir no plano didático-pedagógico das Escolas do Campo os saberes tradicionais, aqueles advindos entre as gerações em uma perspectiva sustentável em um plano maior que esse faça os educandos perceberem a importância da sustentabilidade de forma ampla e agroecológica. Goodland, et al, (1997) ressalta a importância da força política em prol do desenvolvimento sustentável para gerar mudanças efetivas em torno do meio ambiente e da sustentabilidade, tratando o assunto como um problema enfrentado mundialmente, ou seja, o uso dos produtos superficiais é maior do que o planeta pode absorver, crescendo mais do que o planeta suporta, ocasionando consequências ambientais.

Deste modo intensifica que para uma educação do campo condizente com o modo de vida dos que a representam, ou seja, os estudantes membros da escola do campo, os professores devem compreender a realidade da comunidade, e basear seus ensinamentos conforme o contexto do estudante. Todavia o pro-

fessor, estudante, escola e comunidade, são um conjunto que devem funcionar como uma engrenagem em seus atos pedagógicos.

O estudo em questão visa a valorização da educação do campo baseada na apropriação dos saberes do campo associados ao planejamento didático pedagógico de suas aulas, o objetivo da pesquisa é o resgate cultural do campo associado aos planejamentos didáticos pedagógicos dentro da sala de aula das escolas do campo, e os objetivos específicos tratam-se da apropriação do conhecimento, compartilhamento de saberes, ensinamentos e fortalecimento em relação à educação do campo no contexto pedagógico escolar.

Fundamentação teórica

Buscar novos conhecimentos e atualizações no contexto contemporâneo em favor de um trabalho educativo de qualidade, passar a existir a necessidade da formação continuada a fim de constantes informações e buscas de novos conhecimentos por parte dos educadores. Diante do exposto, entende-se que juntamente com as práticas escolares a formação continuada deve fazer parte da rotina do educador (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

O Decreto 7352/2010 em seu artigo 1º conceitua população de campo e escola do campo:

Populações do campo: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010). Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (BRASIL, 2010).

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, bem como preconiza em

seu artigo 206, no inciso I o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Através da leitura dos artigos compreende-se que a educação é um direito toda e qualquer pessoa, não podendo ser renegado para a população camponesa, sendo garantido tal qual é ofertado para a população do meio urbano (BRASIL, 1988).

De acordo com Schlottfeldt (2018) a Escola do Campo pode ser compreendida por idealizar prover ao cidadão uma formação de modo mais alinhado possível com a realidade do campesinato. No que tange à educação no campo e para o campo, o conceito de educar no campo vem se modificando ao longo das gerações e, atualmente, sua característica está ligada a um novo paradigma onde o enfoque principal torna-se a valorização do trabalho no campo e os sujeitos trabalhadores, suas particularidades, contradições, cultura e prática dentro do ambiente do campo (SCHLOTTFLEDT, 2018).

No mundo do qual vivemos a valorização dos saberes tradicionais é de suma importância, pois a essência e os valores oriundos das vivências do cotidiano dos povos tradicionais está sendo esquecida como pode ser observado na contemporaneidade a partir da concepção de uma sociedade de consumidores que ocorre nas reações entre os consumidores e os objetos de consumo tendo como ideia central que a sociedade está transformando pessoas em mercadorias, onde passamos de uma sociedade produtora baseada na segurança e estabilidade para uma sociedade de consumidores que atende os desejos e ao imediatismo.

Conforme encontra-se em Bauman, 2008:

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeitos sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável... A característica mais proeminente da sociedade de consumidores – ainda que cuidadosamente disfarçada e encoberta- é a transformação dos consumidores em mercadorias (BAUMAN, 2008, p.20).

É preciso pensar e praticar atitudes sustentáveis preservando e consolidando sistemas agroecológicos, uma das alternativas, é trabalhar com os educandos moradores da zona rural a importância de minimizar o desequilíbrio sustentável para desenvolver um equilíbrio ecológico e como por exemplo investir em sistemas de produções diversificados. A diminuição dos problemas ambientais e sociais, vincula-se com a ideia de que faz parte das consequências de um sistema segregador e egoísta, e dentro bioética a sustentabilidade precisa lidar com os interesses do homem e da terra para ser restaurada/recuperada (MURGUIA; PFEIFFER, 2008).

Deste modo os educadores precisam incentivar os educandos a reconhecer suas origens e a partir delas construir seu futuro, levando em conta os saberes tradicionais dentro da sala de aula em conjunto com os conhecimentos científicos, pois para Freire, (1997) a educação do campo propõe-se aos seus indivíduos a possibilidade de uma educação diferenciada, permitindo-lhes a sensação de representatividade. O conhecimento referente a educação do campo construído seja útil para a sua formação humana e política, ou seja, descobrindo-se e conquistando-se como sujeito da sua própria destinação histórica. (FREIRE, 1997).

Materiais e métodos

Características da pesquisa

Para a efetivação do objetivo proposto por este estudo, foi realizado um estudo bibliográfico. Conforme Gil (2008), a pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático, cujo objetivo é proporcionar respostas aos problemas que são propostos, sendo a pesquisa requerida quando não dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a

informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

A pesquisa bibliográfica é realizada com fundamento em material já elaborado, composto especialmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja determinado algum tipo de trabalho dessa natureza, existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem a análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase somente mediante fontes bibliográficas (GIL, 2008).

Resultados e discussão

Os resultados encontrados estão relacionados através dos estudos durante a revisão bibliográfica foi desenvolvida para a fundamentação teórica da pesquisa em questão, que resultaram na importância dos saberes tradicionais do campo associados com a teoria da sala de aula e a prática do campo. Trazendo o conhecimento para o educando do qual possa ter utilizado no seu dia-a-dia.

Compreender as práticas que os professores desenvolvem dentro das escolas do campo torna-se fundamental para significar o processo de aprendizagem. Talvez o grande desafio a ser cumprido é o de associar a teoria dada em sala de aula com os saberes tradicionais do campo, onde o conhecimento deve ser repassado ao aluno associado com sua cultura e conforme os avanços do processo global.

Conforme Parente (2008), a definição dos passos dados até a chegada na domesticação imposta pelo Homem à natureza, sendo para o modernismo uma simples reserva limitada, onde as questões problemáticas só são pensadas quando se chega no limite, de forma isolada e não de forma ampla, em relação

homem x natureza e como se dá essa relação x o princípio do funcionamento do mundo classificada como apenas uma reserva caracterizando uma visão antropocentrista, ou seja a natureza é apenas um meio usado para as necessidades do homem e promove sua sobrevivência e reprodução, sendo a o planeta Terra uma fonte inesgotável a qual a natureza é uma reserva econômica. E o outro argumento é o essencialista que vê a natureza como um “objeto puro” tratando-se da cultura e história, evidencia que o vínculo do Homem e a natureza se perdeu dentro do recorte temporal e com ele a valorização da terra e o sentimento de pertencimento, podendo deixar como exemplos os saberes tradicionais advindos entre as gerações, o qual atualmente é caracterizado como desconhecido, fazendo com que os interesses econômicos passem por cima do seu próprio ecossistema o colocando em risco (PARENTE, 2008).

Segundo Monjeau (2008), É preciso um ambiente étnico linguístico diversificado, faz-se valer da miscelânea de culturas, que transforme a monocultura em diversidade por meio do manejo e a conservação das áreas a fim de existir um futuro mundial, fundamental seria deixar de lado os interesses pessoais e pensar em um bem comum centrado na natureza que nos sustenta, destacando-se a importância da criação de políticas públicas que garantam esse bem comum, e também do incentivo de diversificar, acolher e compreender para melhor resultar (MONJEAU, 2008).

Caldart (2012, p. 262), “os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nessa perspectiva”. As Políticas Públicas de educação sempre se pautaram na dicotomia entre campo e cidade, onde muitas vezes deixam a desejar frente as necessidades e especificidade dos povos do campo, portanto é preciso destacar a seriedade da formação de educadores para atua-

rem com qualidade na educação do campo assim como em todas as áreas da educação.

O rompimento do modelo de uma escola formalista centrada em técnicas tradicionais de organização se deu por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9394/96, a LDB possibilita o surgimento de uma nova escola com nova organização do tempo e espaço e modalidades de ensino e, portanto, um currículo escolar que atenda às necessidades da comunidade (BRASIL, 1996). Deste modo torna-se importante destacar que a trajetória do Brasil no contexto da educação tem um caminho longo de adequação do qual sua caminhada durante logas anos encontra-se apenas no começo, pois são necessárias ainda diversas mudanças, pois a educação é o primeiro passo para a evolução de um país.

A educação abrange mais do que a proporção entre a relação com o saber, envolvendo também a socialização, a fim possibilitar a convivência em grupo. Em termos educacionais é extraordinário que os alunos interajam e também construam conhecimentos através das trocas de experiências (FERREIRA; et al., 2017). A escola precisa incentivar seus educadores a romperem os paradigmas tradicionais, trabalhando com o lúdico, os saberes tradicionais (aqueles advindos através das gerações entre gerações), as Tecnologias Digitais das Informações e Comunicações (DTICs), e os científicos, para que o educando aprenda com gosto, desenvolva a vontade de estar na escola, motivado e participativo dentro do processo ensino-aprendizagem e esse se multiplique no seu cotidiano através do incentivo do educador com as práticas sustentáveis.

Conclusão

Este estudo trata-se da importância de compreender, respeitar e valorizar os saberes tradicionais do campo advindos das aulas ministradas pelos educadores dentro das escolas do campo, sabendo que escola de campo é um concei-

to amplo que diz respeito a escola dos camponeses, quilombolas, ribeirinhos e indígenas. Deste modo apropria-se do respeito e admiração destes povos e suas culturas que são distintos dos urbanos, entendendo que o conhecimento deve ser repassado ao educando condizente com seu modo de vida, pois o educando aprende em todos seus espaços de convivência, não somente no ambiente escolar.

Expandir os espaços pedagógicos da escola é extremamente satisfatório, os são mais participativos, críticos e reflexivos buscando as especificidades do educando do campo, tornando a educação do campo, humanizada e respeitada, valorizado os saberes tradicionais do campo trazidos pelo educando de casa. Acredita-se que para a educação não ser falha ela deve ser empregada para o educando de forma contínua e de acordo com sua cultura, por ser um processo ininterrupto.

Deste modo os educadores juntamente com a escola desempenham um papel fundamental para cumprir o estímulo do conhecimento para com o educando. Este estímulo ocorre mais facilmente quando está associado com o aprendizado informal, do qual é relacionado juntamente com o contexto de vida do educando. Utilizar a teoria formal com as vivências informais dentro do contexto do educando é uma metodologia que destaca a importância do educador em qualquer período escolar, que por meio de seus ensinamentos e didáticas desenvolve grandes educandos.

Contudo as vivências da escola do campo proporcionaram o entendimento que o ensino é o resultando de um compartilhamento de saberes, pois educar é um ato grandioso para quem educa em qualquer meio social e parte da etapa de vida no futuro do aluno, sendo a educação continuada e humanizada, de forma formal na escola e informal em casa.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para consumo: A transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: **Ed. Jorge Zahar**, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

BRASIL. **Decreto 7352 de 04 de novembro de 2010**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>. Acesso em: 20 mar. 2019.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: 1996.

CALDART, R. S. Educação do Campo. In.: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da educação do campo**. Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p.257-264.

EMEFIMR, PPP. **Projeto Político Pedagógico**: Escola Municipal de Ensino Fundamental Intendente Manoel Ribas. 2019. 20 pgs.

FERREIRA, G. R. M.; RIBEIRO, A. C. R.; BEHAR P. A. Redes Sociais em um Ambiente Virtual de Aprendizagem: uma análise a partir da ferramenta Mapa Social. **Revista Renote**. v. 15, n. 2, 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOODLAND, R.; DALY, H.; SERAFY, S. El; DROSTE, B. V. Medio ambiente y desarrollo sostenible: Más allá del Informe Brundtland. **Editorial Trotta**, S. A, 1997.

MONJEAU, A. La naturaleza abierta y sus enemigos. In: MONJEAU, A. (Org.). **Ecofilosofía**, Curitiba, 2008.

MURGUIA, D.; PFEIFFER, M. L. **Ética y médio ambiente:** Consideraciones acerca de la pobreza y el consumo. *In:* MONJEAU, A. (Org.). *Ecofilosofía*, Curitiba, 2008.

PARENTE, D. Tecnología y violência sobre la naturaleza. *In:* MONJEAU, A. (Org.). *Ecofilosofía*, Curitiba, 2008.

RODRIGUES, H. C.; BONFIM H. C.C. **A Educação Do Campo e Seus Aspectos Legais.** EDUCERE. p. 1387-1387, 2017.

SCHLOTTFELDT, M. L. **Oficinas Temáticas e o Ensino de Ciências da Natureza em uma Escola do Campo do Município de Santa Maria, Rio Grande Do Sul.** Universidade Franciscana – UFN, Santa Maria, 2018.

SILVA, A. M.; OLIVEIRA, M. R. F. **A Relevância Da Formação Continuada Do (a) Professor (a) De Educação Infantil Para Uma Prática Reflexiva.** III Jornada de Didáticas, Desafios para a docência e II Seminário de Pesquisa e CEMAD. 2014.

CAPÍTULO 2

ENSINO DE MÚSICA EM PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR: ANALISANDO UM CASO NO DOCUMENTÁRIO “PRO DIA NASCER FELIZ”

Alipio Felipe Monteiro dos Santos

Otávio Oliveira Silva

Lisiane Almeida Ferreira

Julyana Cabral Araújo

Gedson do Nascimento Vasconcelos

Doi: 10.48209/978-65-5417-029-3

Introdução

Trata-se neste artigo sobre a relação entre a importância da cultura como elemento transformador do fazer pedagógico tradicional e quantitativo para um processo de ensino-aprendizagem libertador, crítico e qualitativo, pensando o ensino da música como dinamizador cultural e interdisciplinar para além das bandas praticadas fora da sala de aula, dos tipos que isolam-se no pátio da es-

cola e que somente é acionado como uma forma de fazer o jovem passar o seu tempo na companhia de alguma/qualquer prática cultural, contudo, intenta-se tal ensino dentro e através da sala de aula e do currículo escolar, transversalizando e dinamizando as disciplinas.

Para elaborar tal reflexão, utiliza-se de literaturas específicas sobre o uso da música no ambiente escolar aliado à Psicologia da Educação, centrando nas correntes teóricas culturalistas e construtivistas de Henri Wallon (2007) e Vygotsky (1998), tendo como motor empírico a análise do caso de um discente adolescente do colégio estadual de Guadalajara, no Rio de Janeiro, em Duque de Caxias, apresentado no documentário intitulado “Pro Dia Nascer Feliz” (2006), dirigido e roteirizado por João Jardim; o jovem é identificado no audiovisual como Deivison Douglas, de 16 anos de idade à época.

Deivison Douglas apresenta um caso curioso no qual possui notas baixas em alguns componentes curriculares aliado à rebeldia e indisciplina, sendo apresentado como um discente incompreendido pelos docentes da escola, todavia, ele demonstra outro tipo de atitude fora do ambiente curricular pragmático que é a sala de aula. Diante da banda da escola e da música, tocando seu surdo em ensaios e apresentações culturais pela comunidade e para além dela, seu interesse e atenção para o aprendizado é, além de significativo, empolgante e intrigante para os docentes de sua escola.

Diante disso, questiona-se neste artigo: como pensar o uso da música (ou educação musical) dentro da sala de aula, de modo a trazer da banda e do pátio escolar para dentro da sala de aula o interesse e o foco do discente Deivison Douglas e outros alunos parecidos com ele que estão presentes na realidade escolar? Nesse sentido, tenta-se reunir alguns estudos específicos que discutem cultura e artes em geral aliado à uma perspectiva de ensino e aprendizagem interdisciplinar e qualitativa, tendo por base a ideia de que interdisciplinari-

dade é a interação eficaz de saberes que parecem ser divergentes num primeiro momento, contudo, possui capacidade de elucidar questões complexas por múltiplos olhares científicos e reflexivos (FAZENDA, 1999). Por esta razão, a perspectiva interdisciplinar aqui defendida requer diálogo para rupturas do fazer pedagógico tradicional e especializado a partir de conexões entre Artes, especificamente a Música enquanto instrumento curricular, com pressupostos da Psicologia da Educação, possibilidades com o componente de História e, enquanto elemento social/socioeducativo popular, a Cultura¹.

Por meio de uma metodologia bibliográfica, utilizando tanto de repertório escrito como do material audiovisual (o documentário), a hipótese é de que o próprio caso do discente analisado torna-se o resultado do que se discute aqui: de que é necessário pensar a música como instrumento pedagógico para desenvolver a formação cidadã de jovens em maturação, mas que para isso deve-se superar os modos tradicionais, subvertendo-os por meio de uma tradução da cultura local e da aplicação de um currículo crítico, interdisciplinar e qualitativo no lugar de um currículo de resultados prontos e estáticos, tornando o ensino de música mais encantador aos discentes, visto que dialoga com as realidades locais, oferecendo pontos de vista críticos, e não neutros.

Música e ensino em sala de aula

A música é uma arte que se expressa através de ondas sonoras que produzem no ouvinte experiências e afetações únicas as quais aprofundam a cultura no indivíduo. A música, como uma das linguagens da arte, tem sido compartilhada e compartilhada pelos diversos povos e sociedades através dos tem-

¹ Assume-se, neste artigo, a perspectiva de interdisciplinaridade apresentada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002, p. 34, 35) enquanto “função instrumental” para resolver um “[...] problema concreto ou compreender um fenômeno sob diferentes pontos de vista. Em suma, a interdisciplinaridade tem uma função instrumental. Trata-se de recorrer a um saber útil e utilizável para responder às questões e aos problemas sociais contemporâneos”.

pos. Os meios de comunicação têm possibilitado a transformação da sociedade moderna e as maneiras de ouvir na contemporaneidade. A música, portanto, é um acontecimento sonoro que impulsiona o convívio pacífico, a solidariedade e a empatia humana que, ao ser subjetivada, promove a sensibilidade afetiva e intelectual (SOUZA, 1992).

Nessa concepção, práticas como o canto coral, banda escolar, oficinas de aprendizagem sobre como tocar alguns instrumentos musicais ou sobre conhecer e reconhecer ritmos e gêneros variados, danças e performances musicais, dentre outros, incorporam práticas positivas para os jovens e adolescentes, porque dão conta de uma série de necessidades próprias dessa faixa etária, ampliando a visão de mundo, exercitando sua atuação em nossa sociedade com princípios de solidariedade, confiança, companheirismo e harmonia em grupo, oferecendo um veículo de expressão de suas descobertas, conflitos e anseios, além de ser um importante instrumento de musicalização (COSTA, 2009).

Mas qual a relação entre música e escola? Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais, especificamente o que trata sobre o ensino de Artes (BRASIL, 1997), a educação em Artes propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética, que caracteriza um modo próprio de ordenar e dar sentido à experiência humana, de modo que desenvolva no aluno habilidades de imaginação, percepção e sensibilidade de apreciar e conhecer as formas produzidas por ele e pelos colegas, pela natureza e nas diferentes culturas.

Inclui-se, de igual modo, pensar que a música desenvolve a afetividade dos educandos. Desde a educação infantil, de acordo com o Referencial Curricular da Educação Infantil (BRASIL, 1998) que as capacidades de ordem afetiva estão associadas à construção da autoestima, às atitudes no convívio social, à compreensão de si mesmo e dos outros. Desse ponto de vista, a educação

musical auxilia no desenvolvimento da relação afetiva se tomadas as reflexões de Henri Wallon (2007), para quem os desenvolvimentos da inteligência estão estritamente relacionados ao desenvolvimento da afetividade e de atividades psíquicas.

À nível social, a música é obrigatoriedade na escola, de acordo com a Lei 11.769/2008 (BRASIL, 2008), que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996). Sua obrigatoriedade no ensino é o reconhecimento dos bens e valores culturais, históricos e sociais contidas na significação da música para as relações humanas em sociedade (SOUZA, 1992).

À nível individual, a musicalidade proporciona sensibilidades e desempenhos satisfatórios com o canto, com os instrumentos sonoros, com as atividades rítmicas, atividades de audição, além de estimular a criatividade e a imaginação e, à vista disso, promove o desenvolvimento integral dos jovens, contribuindo para seu desenvolvimento musical. Assim sendo, existe uma eficiência dupla quando se pensa o valor pedagógico da educação musical porque ajuda no desenvolvimento social e individual dentro da educação básica e dentro e fora do ambiente escolar (QUEIROZ, 2004; 2005).

Expandindo para um nível cultura acerca do ensino em geral, Vigotski (2000) afirma que o ensino possibilita o “despertar” de processos internos de desenvolvimento, onde o contato do indivíduo com o ambiente cultural o transforma por meio de relações com outras pessoas que o desenvolvimento ocorre, especialmente pelo processo de imitação e mediação. Nisso reside a utilização da Arte, da qual discutiremos o exemplo apresentado a partir de um premiado documentário nacional acerca da educação básica.

O caso do discente deivison douglas, em “pro dia nascer feliz”: possibilidades de pensar uma aprendizagem interdisciplinar e qualitativa com o ensino de música na sala de aula

No documentário “Pro Dia Nascer Feliz” (2006), o discente Deivison Douglas, em determinado momento, torna-se o centro da atenção. A razão é que suas notas, seu desempenho quantitativo e sua conduta moral são consideradas abaixo do nível esperado. O discente é apresentado como alto grau indisciplinar, incluindo caso de “agressão moral” contra uma professora².

Lembrando que a escola é uma comunidade, Deivison Douglas apresenta seus melhores resultados quando se encontra imerso na atividade cultural e curricular proporcionada pela banda da escola, dado que as musicalidades e o gênero praticado pela banda conversam e significam o contexto social do educando. É, portanto, diante da interação existente no movimento interdisciplinar entre música e cultura que ele se apoia enquanto aprendiz escolar e num aprendizado para além da escola.

O documentário recorda que a escola fica a poucos metros de uma “boca de fumo”, forma coloquial de nomear um ponto de venda de drogas; bem como, lembra também que o bairro é considerado inseguro e dominado pela criminalidade. Nesse cenário, é dentro da escola que o discente começa a desenvolver um senso crítico sobre o que é a vida exterior, rodeado pela criminalidade que facilmente alicia os jovens e seus colegas e amigos, e outro senso crítico sobre o que é a vida escolar e quais valores podem ser apreendidos no ambiente escolar. O próprio discente afirma já ter usado drogas³, que acha isso “maneiro”, mas

2 Tais informações podem ser checadas nos minutos 24 e 25 do documentário. O link eletrônico para acesso ao documentário completo: <https://www.youtube.com/watch?v=nvsbb6XHu_I&t=1404s>

3 Cf. o minuto 29:00 do documentário.

que não precisa adentrar esse mundo porque seus pais e tios possuem emprego e dão para ele o que ele precisa.

O discente foi pauta de discussão pedagógica no Conselho Escolar, pois possuía latente reprovação na disciplina de História, podendo ir para o processo de dependência escolar. Então, uma professora discursa em sua defesa: “eu acho que reprovação no momento não seria ideal, acho que ele vem melhorando, contudo, ele poderia ter uma recaída [...]”⁴. Corroborando tal opinião, a professora ou responsável pelo Núcleo de Cultura da Escola informa que:

[...] Douglas, a impressão que a gente tem é que ele dormiu e acordou assim, acho que não é. Ele trilhou um caminho, até pelo convívio que ele tem no bairro, pelo conhecimento que ele tem, com o que a gente chama de “bandidagem” do bairro, isso influenciou muito ele, então ele quer assumir **esse comportamento que não é dele**; se você conhecer o Douglas você vai ver que ele não tem nada a ver com essa coisa da bandidagem, não diretamente, indiretamente tá muito presente nele; se ele não for acompanhado, isso pode ter uma proporção muito grande na vida dele. E o Douglas, o fato dele estar hoje no Núcleo, por várias vezes teve situações de conflito com a escola, de impasse... O fato dele ser da banda pesou! [...] Acho que ele gosta muito da música. Ele extravasa muito essa energia e isso é importante pra ele, um menino que tá passando por uma fase difícil da vida dele, que se ele tiver o mínimo de acompanhamento, vai ser uma fase, se ele não tiver esse acompanhamento, pela influência que ele tem, pela droga, por esse bairro que não tem nada, aí sim você pode ter um outro diagnóstico desse Douglas [...] (EDLANE, Núcleo de Cultura da Escola⁵, 2006, grifo nosso).

Em seguida, o próprio Douglas afirma que possui “medo” de sair da banda, e que estaria na rua, em pleno ócio, se não estivesse na banda, e que seu maior sonho é vir a ser militar de alta patente⁶. A afirmação da professora corrobora o objetivo deste artigo: a psicologia do indivíduo é moldada por toda uma estrutura social/cultural (VYGOTSKY, 2000), perpassando da escola ao bairro, onde a arte, com a música, tão igualmente perpassa, sendo assim, há uma brecha para propor uma educação musical interdisciplinar que fortaleça a

4 Parte da fala da professora Márcia Cristina, presente nos minutos 25:00 e 26:00 do documentário.

5 Cf. os minutos 30:00 e 31:00 do documentário.

6 Cf. os minutos 31:00, 33:00 e 34:00 do documentário.

cidadania dos jovens.

Se, como informam Netto e Costa (2017, p. 218) “[...] dentro da sala de aula a construção colaborativa poderá melhorar o rendimento escolar e a socialização entre os alunos através do diálogo e da interação com todos os envolvidos que fazem parte da comunidade escolar”, para o caso apresentado, é fora da sala de aula, no espaço aberto do pátio e nos eventos culturais e artísticos que comungam a escola com a comunidade onde reside a lógica que potencializa o rendimento escolar do discente Douglas.

Uma proposta viável talvez seja a de redimensionar o processo pedagógico da sala de aula, que não vem sendo tão atrativo quanto o momento da banda escolar. Todo o conflito gerado entre o aluno Deivison Douglas e os professores dá-se pelo fato de não existir “sucesso escolar” dentro dos parâmetros quantitativos elencados pelo currículo nacional e modelo tradicional de ensino-aprendizagem. Nisso, concorda-se com o pensamento de Wallon (2007) quando ele expõe que não é somente o amadurecimento intelectual (e, portanto, biológico) que influencia na aprendizagem, mas a interação “[...] com a cultura existente entre o sujeito e seu meio” (NETTO; COSTA, 2017, p. 218), e, ademais, a cultura também educa porque gera conhecimento e aprendizagem através de gerações, como expõe Vieira Pinto (1985) sobre a teoria da cultura por um viés marxista:

A cultura é, pois, o processo pelo qual o ser humano acumula as experiências que vai sendo capaz de realizar, discerne entre elas, fixa-as de efeito favorável e, como resultado da ação exercida, converte em ideias as imagens e lembranças, a princípio coladas às realidades sensíveis, e depois generalizadas, deste contato inventivo com o mundo natural. O mundo da cultura destaca-se, assim, aos poucos do mundo material e começa a tomar contornos definidos no pensamento humano. [...] o importante está em compreender-se que a cultura é uma manifestação histórica do processo de hominização e por isso se desenvolve coetaneamente com este último [...] (PINTO, 1985, p. 123).

Logo, a cultura educa porque também é resultado material do trabalho, para além de seus simbolismos teóricos. Por essa razão, Deivison Douglas afirmou não ter necessidade de adentrar o mundo da criminalidade, porque seus pais dão o que ele precisa e estar fora do ambiente escolar é viver no ócio. Ao mesmo tempo que o ensino de música se diferencia daquele currículo disciplinar de dentro da sala de aula, ele também se aproxima porque trata da realidade histórica de uma sociedade, servindo para contar histórias e refletir a realidade social, e não somente para evitar que histórias tristes e marginais se acomodem no cotidiano de jovens da periferia.

Refletindo sobre isso, questiona-se: por que não usar da música nas aulas de História? Por que não contar sobre a história do capitalismo e sua intrínseca relação com as desigualdades sociais da contemporaneidade por meio do samba, do choro, do rap ou do funk? Obras como a de André Diniz e Diogo Cunha (2014), intitulada “A República cantada: do choro ao funk, a História do Brasil através da música”, ou “História social da música popular brasileira”, de José Ramos Tinhorão (1998), podem fundamentar a prática metodológica e pedagógica dos professores, incentivando projetos interdisciplinares entre a História, Arte e a Cultura praticados pela escola. Ser interdisciplinar é apresentar uma resposta ao cerco causado pela prática de fracionar e especializar ao extremo, ao ponto de isolar, os modos de conhecer o mundo, sendo que todo conhecimento possui diversas as ordens estão multifacetadas entre si. A música é o eixo integrador para resolver o tipo de problema pedagógico apresentado aqui, podendo integrar um projeto ou um plano de integração, como especificam os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2002)⁷

⁷ Segundo o documento citado: “a interdisciplinaridade supõe um eixo integrador, que pode ser o objeto de conhecimento, um projeto de investigação, um plano de intervenção. Nesse sentido, ela deve partir da necessidade sentida pelas escolas, professores e alunos de explicar, compreender, intervir, mudar, prever, algo que desafia uma disciplina isolada e atrai a atenção de mais de um olhar, talvez vários (BRASIL, 2002, p. 88-89)”.

É nisso que reside esta escrita, para demonstrar que a música, como instrumento refletido pela psicologia da educação e atravessado pela cultura em sua diversidade, não deve ser pensada no espaço escolar como “momento de escape” desses jovens, mas sim como momento de capturar e (re)trabalhar o próprio processo de ensino-aprendizagem, de potencializar os efeitos qualitativos das outras disciplinas, por meio de um processo interdisciplinar que mobiliza a comunidade escolar, em articulação voluntária, à intervenção pedagógica para que se resolva um problema concreto (BRASIL, 2002). Em vez de ficar isolado nos pátios das escolas, a música, a cultura (processos artísticos e criativos em geral), devem desvelar os fossos ineficazes existentes entre as práticas docentes tradicionais e quantitativistas, de os discentes que convivem numa realidade nada tradicional, do mesmo modo que faz construir a percepção crítica sobre a criminalidade presente nas periferias.

Como informam Queiroz e Marinho (2009) pensar a música dentro do ensino básico é uma barreira a ser enfrentada, todavia, é preciso superar esses obstáculos existentes, de modo que a escola possa cumprir um de seus objetivos: “[...] propiciar ao indivíduo uma formação ampla e plena para que possa viver e atuar em sintonia com as necessidades, características e valores do mundo que o rodeia” (QUEIROZ; MARINHO, 2009, p. 71). É no papel do educador musical que esse compromisso deve ser alcançado em conjunto com as outras disciplinas, como concluem os autores citados:

Entendemos que a partir de práticas de criação, interpretação, descoberta e vivência musical, bem como de propostas lúdicas, diversificadas e eficazes de ensino, o educador musical concretizará caminhos relevantes para a sua atuação docente, podendo, dessa forma, propiciar uma formação ampla e plena do indivíduo. Formação essa que ofereça as condições necessárias para que os diferentes sujeitos presentes no processo educativo possam lidar com códigos, valores e significados intrínsecos da linguagem musical.

Certamente é papel do professor de música na educação básica ministrar aulas e desenvolver conteúdos fundamentais para a formação musical no universo escolar. Entretanto, é tarefa de todos nós, educadores musicais e membros da sociedade em geral, pensar, refletir e contribuir efetivamente para que a música, enquanto fenômeno artístico e cultural, faça parte do rico, potencial e democrático universo formativo da educação básica (QUEIROZ; MARINHO, 2009, p. 73).

Diante disso, a proposta deste trabalho é operar a reflexão de que os bons resultados observados no discente Deivison Douglas, do documentário “Pro Dia Nascer Feliz”, são resultados não de algo que está inato em seu ser, mas sim de uma construção cultural que vai muito além de dados mensuráveis, porque, de acordo com Vygotsky (2000, p. 303), “[...] um passo de aprendizagem pode significar cem passos de desenvolvimento”. Mais do que isso, são resultados do que a música pode realizar mesmo enquanto apartada das disciplinas, oferecendo respostas para aquilo que o processo pedagógico não compreende nem sustenta em sala de aula. A hipótese é imaginar a potencialização desse resultado caso houvesse uma intervenção interdisciplinar a fim de amenizar ou eliminar o baixo rendimento de Deivison em História, por exemplo.

O Deivison Douglas da banda da escola é o mesmo Deivison Douglas da sala de aula de História, reprovado e que saiu de um ano letivo, como ele mesmo afirma, sem saber nada de História. Cabe à escola e aos professores perceberem isso, em vez de condená-lo ao fracasso, levando-o a condenar a si mesmo ao fracasso. Deve-se olhar para o próprio sistema de ensino e aprendizagem e realizar uma autocrítica a fim de adaptar a prática docente e a missão escolar ao o que a cultura, a arte, a música, o teatro e outras manifestações artísticas têm a oferecer para dentro da sala de aula: boas performances, uma boa dose de afetos e criações.

Considerações finais

Sabendo que a utilização da música como instrumento pedagógico é essencial para desenvolver inúmeras aptidões do ser humano, além de servir como vetor para a formação cidadã de jovens em maturação, postula-se que seu uso como instrumento de aprendizagem dentro da sala deve superar os modos tradicionais, subvertendo-os por meio de uma tradução da cultura local, tornando-se mais encantador aos discentes, visto que dialoga com as realidades locais.

Assim sendo, não é proposta aceitável que a música deva ser utilizada somente para os discentes aprenderem ou gravar a letra do hino nacional, tocando-o repetidamente como de costume, mas é aceitável que a música deva traduzir o cotidiano e, assim, oferecer um ponto de vista pedagógico-crítico e não neutro dele, com o propósito de construir uma consciência capaz de desenvolver as capacidades de análise do que está dentro e fora dos parâmetros sociais padronizados, daquilo que vive nas margens e daquilo que está nos centros, no passado, no presente e no por vir.

Ainda, é imprescindível pensar seu uso na perspectiva interdisciplinar, propondo que as disciplinas dialoguem sobre um assunto a fim de construir intervenções e ambientes inquietantes ao pensar, onde o senso crítico possa se desenvolver de maneira democrática. Quem sabe se fosse pensado um ensino de História aliado à música popular brasileira, como o samba ou rap, Deivison Douglas não desenvolvesse habilidades outras e obtivesse, para além de notas melhores, determinado afeto pela História, pela história do seu lugar e cidade, pela sua própria história?

O caso analisado exposto no documentário “Pro Dia Nacer Feliz” (2006) expõe como a utilização pedagógica e didática da arte e da cultura em geral den-

tro de uma perspectiva de ensino e aprendizagem é importante para a formação cidadã dos discentes que vivem diante da falta de oportunidade e de acesso à cultura, às artes, ao teatro e outras manifestações artísticas enquanto políticas públicas direcionadas. Projetos assim não devem ser somente formas de evitar que jovens se entreguem ao mundo da criminalidade ou um escape para aquilo que as disciplinas não conseguem realizar na sala de aula, mas precisam e devem servir para que os jovens possam olhar para si mesmos, desenvolver afetações prazerosas com as aulas e processo de aprender e entender que a cultura da periferia não precisa estar apartada das aulas, mas integradas.

Referências

BRASIL, **Lei nº 11.769/2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111769.htm> Acessado em: 11 ago. 2022.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: arte / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro06.pdf>> Acessado em: 11 ago. 2022.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 11 ago. 2022.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental**. — Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v.: il. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_voll.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

_____. Ministério da Educação-MEC, Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio: Ciências da natureza, matemática e suas tecnologias**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_02_internet.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2022.

COSTA, Patrícia. **Coro juvenil nas escolas: sonho ou possibilidade?** Música na educação básica. Porto Alegre, v. 1, n. 1, outubro de 2009. ISSN 2175 3172. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/revista_musica/ed1/pdfs/7_coro_juvenil_nas_escolas.pdf> Acessado em: 11 ago. 2022.

DINIZ, André; CUNHA, Diogo. **A República Cantada: do choro ao funk, a História do Brasil através da música.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2014.

FAZENDA, I (Org.) **Práticas Interdisciplinares na Escola.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

NETTO, A.P.; COSTA, O. S. A importância da Psicologia da Aprendizagem e suas teorias para o campo do Ensino-Aprendizagem. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 27, n. 2, p. 216-224, abr./jun. 2017. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/4495>> Acessado em: 06 ago. 2022.

PRO DIA NASCER FELIZ. Dir. João Jardim; Prod. Flávio R. Tambellini e João Jardim. Brasil, Tambellini Filmes, 2006. Youtube (1h 28m. 36s.) Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nvsbb6XHu_I> Acesso em: 06 jul. 2021.

QUEIROZ, L. R. S. MARINHO, V. M. Práticas para o ensino da música nas escolas de educação básica. **Música na educação básica.** Porto Alegre, v. 1, n. 1, outubro de 2009. ISSN 2175 3172. Disponível em: <http://abemeducacaomusical.com.br/revista_musica/ed1/pdfs/5_praticas_para_o_ensino.pdf> Acessado em: 11 ago. 2022.

QUEIROZ, L. R. S. Educação musical e cultura: singularidade e pluralidade cultural no ensino e aprendizagem da música. **Revista da Abem**, Porto Alegre, n. 10, p. 99-107, 2004. Disponível em: <<http://www.abemeducacaomusical.com.br/revistas/revistaabem/index.php/revistaabem/article/view/367>> Acessado em: 11 ago. 2022.

_____. A música como fenômeno sociocultural: perspectivas para uma educação musical abrangente. In: MARINHO, V. M.; QUEIROZ, L. R. S. (Org.). **Contexturas: o ensino das artes em diferentes espaços.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2005. p. 49-66.

SOUZA, Cássia Virgínia Coelho de. **Música na Escola de I Grau: Repertório, Aprendizagem e Interferências na Execução Cantada.** (Dissertação de Mestrado). UFRGS, 1992. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppgmusica/dissertacoes/page/4/?ordem=autor>> Acessado em: 11 ago. 2022.

TINHORÃO, J. R. **História social da música brasileira** / José Ramos Tinhorão. – São Paulo: ED. 34, 1998. 368p.

VIEIRA PINTO, Álvaro. Teoria da Cultura. In: **Ciência e existência: problemas filosóficos da pesquisa científica.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

VYGOTSKY, L. S. (2000). **A Construção do Pensamento e da Linguagem.** São Paulo: Martins Fontes.

WALLON, Henri. **Henri Wallon: a evolução psicológica da criança.** Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2007. (Coleção Psicologia e Pedagogia)

CAPÍTULO 3

FORMAÇÃO CONTINUADA, METODOLOGIAS ATIVAS E TECNOLOGIAS DIGITAIS: A NOVA REALIDADE DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ludimira da Silva Duarte

Ellen Renata Montalvão Oliveira Pedrosa

Jackeline da Silva Sirqueira Souza

Nayara Feitosa de Moraes

Doi: 10.48209/978-65-5417-029-4

Introdução

O ambiente escolar tem necessitado cada vez mais de profissionais altamente qualificados, isso se dá devido ao fato de o processo educacional estar evoluído em um ritmo extremamente rápido, mudando por completo diversos paradigmas já estabelecidos a séculos nesta estrutura. Diante de tais processos de modificações, tem surgido novas formas de ensinar, transformando assim a forma como as pessoas absorvem o conhecimento.

O ambiente escolar foi um dos últimos segmentos da sociedade a passar por um processo de transformação, porém tem buscado formas de contornar este atraso através da incorporação de tecnologias digitais, desenvolvimento de novas metodologias e aprimoramento de ferramentas educacionais. Diante tais modificações outro problema também surgiu, a dificuldade de muitos professores em lidar com a mudança estrutural na forma de ensinar.

A demora no processo de adaptação tem representado uma grande defasagem no modelo educacional brasileiro, visto que os alunos mesmo nos anos iniciais já possuem contato diário com inúmeras ferramentas tecnológicas, que permite a eles o acesso a conhecimento de forma mais rápida e prática. Buscando contornar este abismo, a adoção da formação continuada representa o modelo mais bem-sucedido de que se refere ao processo de aquisição e refinamento de conhecimentos destinado a professores.

Desenvolvimento

No mundo globalizado a procura por profissionais altamente qualificados tem aumentado significativamente nos últimos, no meio educacional não é diferente com os professores representando a espinha dorsal deste seguimento. A escola pode ser descrita como um espaço educacional formal, sendo fundamental para a aquisição de saberes e transmissão de conhecimento para as próximas gerações da sociedade.

A educação brasileira tem evoluído significativamente nas últimas décadas, com avanços e políticas de inclusão, adoção de tecnologias educacionais, desenvolvimento de novas metodologias voltadas a educação. Com todas estas mudanças, tem tornado cada vez mais importante que os professores se mantenham em constante aperfeiçoamento profissional.

Os problemas da formação de professores só podem encontrar soluções satisfatórias se compreendermos que formação e profissionalização docentes são aspectos indissociáveis e que estão profundamente imbricados na escolha da profissão, na forma de ingresso no campo de atuação, no acolhimento no local de trabalho, nas formas de organização e produção do trabalho escolar, no grau de satisfação profissional com a carreira e com a profissão e nas perspectivas de crescimento e desenvolvimento profissional ao longo da vida. (GUIMARÃES, 2006, p.111).

Diante desta nova realidade educacional, Libâneo (1990, p.08), afirma que “a escola é um espaço de educação formal exatamente porque a aquisição de saberes é planejada direcionada para gerar resultados”. O autor ainda afirma que neste cenário o processo denominado de formação continuada tem sido fundamental para a melhoria da capacidade acadêmica dos professores.

A formação continuada permite que os professores consigam um desenvolvimento acadêmico considerável, o que fica evidente na quantidade de publicações acadêmicas que abordam a temática, transformando a formação continuada em um dos assuntos mais debatidos no meio educacional brasileiro. Nesta nova realidade, torna-se necessário que haja adequação ao novo ambiente em que a sociedade se insere, qual exige a presença de um profissional capacitado para intervir diretamente no processo educacional tradicional, guiando os alunos ao conhecimento de forma prática, eficiente e dinâmica.

A importância da formação continuada para os educadores na busca de novas reflexões no processo educativo, onde o agente escolar passe a vivenciar as transformações de forma a beneficiar suas ações, com novas formas didáticas e metodológicas de promoção do processo ensino-aprendizagem com seu aluno, sem com isso ser colocado como mero expectador dos avanços estruturais de nossa sociedade, mas um instrumento de enfoque motivador desse processo. (HYPÓLITTO, 2007, p. 2).

Por outro lado, existe ainda divergências entre os conceitos existentes sobre a formação continuada, Chimentão (2019), afirma que a formação continuada deve ser um processo permanente de aperfeiçoamento na vida do professor, visto que a adoção de tal prática permite a estes profissionais a aquisição de

saberes fundamentais para a sua atividade profissional. Nesse contexto, afirma Libâneo (2004, p. 227), de que a formação continuada “é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional.”

Atualmente, o mundo passa por constantes transformações, sendo necessário que os profissionais da educação se atualizem cada vez mais, estando aptos a exercitar suas funções diante das necessidades que a educação moderna exige. França (2018, n. p.) expõe que “a informação e o conhecimento são compartilhados de maneira muito rápida de certa forma quase instantânea, de modo que se manter atualizado é requisito indispensável para qualquer profissional”.

Nesta perspectiva, a formação continuada se alia ao campo educacional de forma simbiótica, sendo amplamente empregada no aperfeiçoamento educacional dos professores. A formação continuada permite ao professor realizar o refinamento do conhecimento que possui, bem como a aquisição de novos conhecimentos essenciais para lidar com as dificuldades encontradas no espaço de atuação, promovendo um trabalho de qualidade que beneficie o público de trabalho, estudantes desde a Educação Básica ao Ensino Superior.

O desenvolvimento de um processo de formação continuada possibilita também ao professor a reflexão sobre os saberes da experiência adquirida no cotidiano de suas atividades em sala de aula; e estas experiências, aliadas aos conhecimentos da ciência e da Pedagogia, permitem uma maior qualificação dos professores e, conseqüentemente, do ensino. (MABONI, 2004, p.23).

A formação continuada focada nos profissionais da educação como professores, deve ser visto como um processo contínuo, representando um assunto presente nas rodas de discussão e debates escolares que deve ser debatido com objetivo de buscar solução. Diante da nova realidade educacional brasileira,

na qual tem sido encabeçada pela inserção de novas tecnologias no espaço educacional, desta forma torna-se fundamental que os docentes busquem novas formas de trabalhar relacionando o espaço social atual a novas formas de promover o ensino.

Diante desta realidade, França (2018), afirma que o objetivo principal da formação continuada é assegurar um ensino de qualidade cada vez melhor aos alunos, Nesta visão, percebe-se que a formação continuada é muito importante para o cenário atual, visto que as competências necessárias para o desenvolvimento de um bom trabalho se ligam a constante formação, sendo assim, ficam claros os benefícios da formação continuada, sendo essencial para o desenvolvimento da profissão, capacitando o profissional para desempenhar seu trabalho de acordo com as necessidades que a educação brasileira necessita.

Representando o que a de mais novo na educação brasileira, as metodologias ativas podem ser descritas como um conjunto de metodologias de ensino diversificadas e inovadoras, sendo capaz de estimular os estudantes de diversas formas, levando-os a se tornarem alunos mais críticos e participativos do processo de ensino e aprendizagem. “O uso das metodologias ativas permite que o aluno deixe de ser um agente passivo no processo de aprendizagem para ser o ativo, ou seja, ele participa efetivamente da construção do próprio conhecimento” (KENSKI, 2019, p.12).

As evoluções educacionais conquistadas nas últimas décadas associadas a adoção massiva da formação continuada pelas escolas de todo o país, tem formado alunos pensantes e autônomos, elementos estes essenciais para a construção da sociedade. Furquim (2019), cita que “para que o aluno seja o agente de construção do conhecimento, é preciso recorrer às chamadas metodologias ativas, práticas inovadoras **cada vez mais valorizadas e estimuladas no meio educativo**”.

Sabendo que através da inserção das tecnologias digitais no ambiente escolar as aulas se tornam mais atrativas, os alunos tendem a participar mais das aulas quando essas estão inseridas, e conseqüentemente apresentam melhor desempenho em relação às outras metodologias de ensino, pois a inserção das tecnologias se trata de algo inovador, que dispõe de flexibilidade e praticidade nas aulas. (RODRIGUES, 2019, p.17).

A utilização de tecnologias digitais no ambiente escolar é constantemente enfatizada quando assuntos se relacionam as metodologias ativas, bem como são recorrentes em formações continuadas. Por outro lado, mesmo com os avanços educacionais expostos continuamente, as escolas em especial as de natureza **públicas**, sofrem com a escassez de recursos educativos, o que acaba por enfraquecer significativamente o processo de ensino e aprendizagem.

O modelo educacional tradicional ainda em vigor em muitas escolas brasileiras, acaba por engessar o processo de aprendizado, bem como afeta o desenvolvimento profissional dos professores, causando assim uma grande desmotivação no processo de ensino e aprendizagem. Em contrapartida, a formações continuadas permite aos professores uma visão mais ampla, bem como a adoção de novas metodologias capazes de renovar processo educacional, tornando a escola um ambiente atrativo e acolhedor.

A metodologia de projetos, também conhecida como aprendizagem baseada em projetos, é desenvolvida por meio de trabalhos que partem da teoria à prática (ou até mesmo ao contrário), para que os alunos entendam melhor os conceitos abordados durante as aulas. Os projetos geralmente são em pequenos grupos ou envolvem a sala toda podem até envolver turmas diferentes. (FURQUIM, 2019, n.p.).

Tendo em vista a realidade atual da educação, bem com os seus desafios, percebe-se que o professor como agente transformador deve se manter em constante desenvolvimento, tanto em relação a formação acadêmica inicial quanto durante toda sua trajetória profissional, buscando assim se manter sem-

pre atualizado e apito a lecionar. A formação continuada reflete na própria formação do professor, levando esse profissional a refletir sobre o que aprendeu de forma teórica em seminários, cursos, palestras e aliar tudo a suas experiências práticas vividas em sala de aula, formando, assim, um acervo teórico e prático único e capaz de aludá-lo a resolver dilemas que surgem ao longo da sua atuação profissional.

A sociedade tem passado por diversas transformações em todos os seus setores, fato que afeta diretamente o campo educacional. A escola se torna o espelho da sociedade e vice-versa. Na escola os sujeitos são levados a desenvolver um pensamento crítico sobre as questões que o cerca, e adotam as melhores formas de interagir com esses contextos. Desta forma, os alunos tendem a participar mais das aulas quando essas estão inseridas, e conseqüentemente apresentam melhor desempenho em relação às outras metodologias de ensino, pois a inserção das tecnologias se trata de algo inovador, que dispõe de flexibilidade e praticidade nas aulas. (RODRIGUES, 2019, p.09).

O acesso a novas metodologias proporcionadas, bem como a compressão aprofundadas das já em uso fazem total diferença na vida do professor, visto que permite que este profissional se aprimore a cada dia, constituindo-se no diferencial exigido para que seja, de fato, um educador, um professor reflexivo. Para tanto, a utilização das metodologias ativas conta-se como um processo viável e, de acordo com as condições educacionais atuais, a aprendizagem baseada em projetos torna-se um caminho positivo para tal feito.

A natureza da profissão do professor é formação de outros indivíduos por meio da transmissão de conhecimentos, podendo utilizar neste processo ferramentas tecnológicas, metodologias ativas, tudo com o objetivo de ensinar o próximo. Sendo assim, fica evidente que cabe ao professor a função de mediador entre o aluno e o conhecimento que lhe permita o entendimento da realidade social e a promoção do desenvolvimento individual.

Resultados e discussão

A adoção de algumas tecnologias nas últimas décadas no ambiente escolar como os projetores digitais associado a utilização de metodologias ativas tem proporcionado aos professores, uma gama enorme de novas possibilidades os quais passaram a poder utilizar recursos como vídeos, fotos, imagens durante as suas aulas, o que veio a melhorar significativamente a sua performance como educador e a qualidade da aula ministrada.

A partir da realização desse estudo percebe-se que a formação continuada como proposta de aperfeiçoamento profissional permite o acesso e apropriação de inúmeros conhecimentos fundamentais para o desenvolvimento intelectual e humano dos professores. Nesta realidade, os professores não ficam limitados a atividades padronizadas e preestabelecidas, mas passam a desenvolver as suas próprias atividades elaboradas tendo em vista o contexto social e geográfico de seus alunos trabalhando assim competências específicas.

A formação centrada na escola envolve todas as estratégias empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo a que respondam às necessidades definidas da escola e para elevar a qualidade de ensino e da aprendizagem em sala de aula e nas escolas. Quando se fala de formação centrada na escola, entende-se que a instituição educacional se transforma em lugar de formação prioritária diante de outras ações formativas. A formação centrada na escola é mais que uma simples mudança de lugar de formação. (IMBERNÓN, 2006, p. 80).

Cabe mencionar que a adoção de tecnológicas no ambiente escolar é um processo sem volta, representando um avanço significativo no processo educacional, por outro lado, percebe-se que existe uma parcela significativa de professores que apresentam dificuldades em lidar com estas ferramentas, o que tem afetado significativamente o processo de aprendizado dos alunos.

Por outro lado, a formação continuada visa solucionar problemas como estes, no entanto, torna-se necessário que o processo de formação continuada não se restrinja a modelos tradicionais, nos quais utilizam apenas velhas práticas de ensinar e aprender, nos quais se baseiam apenas em conhecimentos fundamentais, mas teóricos, levando assim a reproduzir métodos e conhecimentos repetitivos e ultrapassados, que nada têm a acrescentar ao processo de ensino aprendizagem.

Desta forma, percebe-se que o processo de transformação do modelo educacional não acontece de forma homogênea, mas sim em vários segmentos que o processo de inclusão de alunos especiais no ensino regular é um tema que está presente constantemente em debates acadêmicos, congressos educacionais, bem como em conversas entre educadores, o que levam a entender a importância e a necessidade de abordar esta temática é algo urgente e que merece toda a atenção da classe educacional brasileira.

Portanto, fica evidente que a equipe educacional deve se manter sempre em processo de atualização, buscando se manter à frente dos avanços educacionais, o que justifica a importância da qualificação dos profissionais da educação envolvidos no processo educacional. O processo de educação continuada permite aos agentes educacionais identificar e analisar as competências adquiridas por meio da convivência no ambiente escolar, bem como a aquisição de novos saberes, demonstrando que a formação continuada representa o que a de melhor na formação e aperfeiçoamento de professores na atualidade.

Conclusão

O desenvolvimento desse artigo buscou abordar os mais diversos aspectos que envolvem o processo de formação continuada voltado ao aperfeiçoamento da formação de professores educacionais. Assim, percebe-se que a utilização

de ferramentas digitais no processo educacional aliado as transformações têm se apresentado como elementos facilitadores da transmissão de conhecimento no espaço escolar.

A formação continuada representa uma transformação na forma como o conhecimento e a informação são transmitidos atualmente nas escolas, tanto no que tange a formação e aperfeiçoamento dos professores, quanto em relação ao processo de aprendizado dos alunos. Sendo assim, cabe ressaltar que o processo de educação não deve se limitar apenas ao tradicional, devendo buscar novas metodologias e ferramentas capazes de transformar o processo educacional como um todo.

Desta forma, torna-se importante que os gestores escolares, sejam profissionais atentos as transformações que ocorrem no cenário educacional nacional e internacionalmente buscando meios de melhorar o processo educacional, introduzindo novos conhecimentos a seus professores por meio das formações continuadas, além de refinar as ferramentas já em uso e que produzem excelentes resultados.

Referências

CHIMENTÃO, Lilian Kemmer. **O significado da formação continuada docente**. 4º Conpef, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2019.

FRANÇA, Luísa. **A formação continuada e a sua importância para manter o corpo docente atualizado**. Plataforma Educacional, 2018. Disponível em: <https://www.somospar.com.br/a-formacao-continuada-e-a-sua-importancia-paramanter-o-corpo-docente-atualizado/> Acesso em 04 ago. 2022.

GUIMARÃES, Walter Soares. **Formação de professores: Saberes, identidade e profissão**. 3ºed, Papiros, 2006.

HYPOLITTO, D. **Repensando a Formação Continuada**. Disponível em <http://br.geocities.com/> Acesso: ago. 2022.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza.** Ed, Cortez. São Paulo, 2016.

LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica social dos conteúdos.** Loyola ,21. ed. São Paulo,1990.

RODRIGUES, Josicleia Gomes Nunes. **Utilização das Tecnologias Digitais na Educação Básica.** Interdisciplinaridade e Assuntos Contemporâneos: Diálogos Possíveis e Inevitáveis. Editora Arco. São Paulo, 2019.

KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias o Novo Ritmo Da Informação.** 8. ed. São Paulo, 2011.

CAPÍTULO 4

GINCANA DA MULTIPLICAÇÃO E ESTRATÉGIAS DE ENSINO NAS CLASSES DO FUNDAMENTAL I

Alessandra Lira da Silva

Maria Inês de Souza

Vanusa Lima Barbosa da Silva

Doi: 10.48209/978-65-5417-029-5

Introdução

A importância da matemática na vida das pessoas é discutida por vários pesquisadores, esses que demonstrar bastante preocupação com o cenário educacional atual, em que os estudantes apresentam índices significativos de defasagem de aprendizagem neste componente curricular, parte disso é atribuída a pandemia causada pela covid-19, que não permitiu por quase dois anos que os estudantes tivessem acesso a rotina escolar.

Para a concretização desse trabalho, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, defendido por Conforto, Amaral e Silva (2011), enquanto “o processo de coletar, conhecer, compreender, analisar, sintetizar e avaliar um conjunto de artigos científicos com o propósito de criar um embasamento teórico-científico (estado da arte) sobre um determinado tópico ou assunto

pesquisado” (CONFORTO; AMARAL; SILVA, 2011, p. 03).

De forma resumida, este trabalho trata-se de um artigo baseado em experiências vivenciadas no decorrer dos anos de atuação profissional, tendo como principal alvo as turmas do 4º ano. De acordo com os diagnósticos de dificuldade de aprendizagem por grande parte dos alunos, viu-se a necessidade de adotar metodologias de ensino diversificadas, propondo um processo de ensino e aprendizagem lúdico e estimulador. Para o desenvolvimento de habilidades matemáticas, foram desenvolvidas atividades de caráter lúdico em consonância com as necessidades dos estudantes, a exemplo de “Gincana da Multiplicação”, em que em pares os estudantes deveriam resolver problemas matemáticos, pontuando e chegando aos vencedores.

Amparando-se na literatura já publicada, busca-se apontar atividades de caráter lúdico que podem ser realizadas em projetos como este, demonstrando a facilidade de acesso e as contribuições dessas atividades para o ensino de multiplicação nas turmas dos anos iniciais do ensino fundamental.

No entanto, justifica-se a realização desse trabalho embasando-se na necessidade de promover um processo de ensino e aprendizagem de qualidade, adaptando diversos métodos para que se atenda às necessidades de todos os estudantes. No entanto, tem-se como principal objetivo: apontar uma estratégia eficaz para cálculos de multiplicação nas turmas do 4º ano, promovendo um processo de ensino e aprendizagem lúdico e significativo, demonstrando aos estudantes a importância da matemática para utilização no próprio dia a dia.

A matemática no ensino fundamental I

A Matemática se faz presente no cotidiano do homem desde a própria existência da humanidade, uma vez que sempre foi necessário desenvolver estratégias para somar, subtrair, multiplicar e dividir. Mesmo de que de forma

inconsciente, o ser humano já produzia e aprimorava conhecimentos matemáticos para a própria sobrevivência, tendo como resultado a Matemática que temos hoje: indiscutivelmente importante para o desenvolvimento da sociedade.

A Matemática hoje é fundamental em qualquer ocasião da vida humana, na escola ela vista como um dos componentes com maior grade curricular, diante de suas ramificações e complexidades. Em tese, a disciplina é considerada enquanto fácil, porém, a realidade é que muitos estudantes possuem dificuldades para efetuar os cálculos e compreender suas aplicações, o que se origina em decorrência de vários fatores, desde a abordagem fragmentada a utilização de problemas aparentemente sem significado para os estudantes.

No cenário educacional, mesmo que constantemente enfatizado por documentos de referência, infelizmente muitos docentes e instituições de ensino não priorizam a totalidade em que se insere o ensino de Matemática, o que contribui para que as defasagens de aprendizagem ocorram com frequência. Alves (2016) menciona que nos anos iniciais do ensino fundamental, “o ensino de Matemática por muitas vezes não é tão valorizado, pois os professores investem nos processos de alfabetização e deixam-no de lado, cujo objetivo principal ou centralidade é focada nos processos de alfabetização e letramento” (ALVES, 2016, p. 02).

A Matemática nos anos iniciais tem muita importância, pois ela desenvolve o pensamento lógico e é base das demais séries, pois os princípios básicos da disciplina que utilizaremos adiante são aprendidos nos primeiros anos. Nos anos iniciais espera-se que os alunos dominem as práticas de leitura e escrita, mas que também possam ter desenvolvido a “alfabetização Matemática”, termo esse que é utilizado quando se fala em aprendizagem Matemática nos anos iniciais da escolarização (ALVES, 2016, p. 03).

Em 1997 mediante a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a importância da matemática é apontada, enquanto um componente curricular que assume papel na formação de capacidades intelectuais, por meio da estru-

turação do pensamento, bem como “na agilização do raciocínio dedutivo do aluno, na sua aplicação a problemas, situações da vida cotidiana e atividades do mundo do trabalho e no apoio à construção de conhecimentos em outras áreas curriculares”. (BRASIL, 1997, p. 29).

Considerando sua devida importância para a sociedade, Abreu (2013, n. p.) afirma que “a matemática fornece instrumentos eficazes para compreender e atuar no mundo que nos cerca; ela é uma ferramenta essencial na solução de vários tipos de problemas”. De forma recente, a BNCC - Base Nacional Comum Curricular orienta que a aprendizagem dos estudantes “está intrinsecamente relacionada à compreensão, ou seja, à apreensão de significados dos objetos matemáticos, sem deixar de lado suas aplicações”.

Atualmente, na escola a matemática é tida como um dos principais componentes curriculares, uma vez que por meio dela é que as crianças se prepararam para desenvolver competências relacionadas aos cálculos e suas devidas utilizações na própria vida. Inserida desde a pré-escola, a medida em que os estudantes avançam, a disciplina torna-se cada vez mais complexa. Nas turmas do 4º ano, operações consideradas mais complicadas são inseridas nas aulas, preparando esses estudantes para desenvolver as competências relacionadas a essa fase.

Cunha (2017) menciona a necessidade de reinvenções no cenário escolar para o ensino de matemática, sendo importante que “o professor adote um estilo em que o aluno possa se sentir envolvido com a referida disciplina, transmitindo os assuntos em sala de aula e aplicando-os a realidade presente do dia a dia” (CUNHA, 2017, n. p.).

No cenário educacional atual, é tarefa do docente buscar formas de promover um processo de ensino e aprendizagem de qualidade em todos os

componentes curriculares. Na matemática essa tarefa pode se tornar mais complexa, visto que algumas capacidades fundamentais não adquiridas pelos estudantes em anos anteriores podem intervir no processo. “A Matemática deve causar nos alunos descobertas, e o professor ser o mediador dos questionamentos e das investigações, fazendo com que estas causem nos alunos interesse pela disciplina” (ALVES, 2016, p. 03).

Assim, o lúdico torna-se uma excelente alternativa em propostas no Ensino Fundamental I. Contando que nessa fase os estudantes estão passando por processos de descobertas, um processo de ensino e aprendizagem dinâmico e alternativo tende a despertar maior índice de interesse e participação desses sujeitos. Cabe ao professor buscar maneiras de adequar suas metodologias a planos que despertem o interesse do estudante, preparando-o para os anos de escolarização seguintes e o decorrer de sua própria vida.

Proposta de ensino de matemática pelo lúdico: gincana da multiplicação

Embora a matemática seja uma disciplina que acompanha toda a vida escolar dos estudantes, muitos desafios são sentidos, especialmente com relação a existência de dificuldades em interpretar efetuar cálculos. Entende-se como multiplicação “uma das operações matemáticas básicas. Ela é uma evolução natural da adição, pois é definida de modo que represente a soma de determinado número de conjuntos que possuem a mesma quantidade de elementos” (SILVA, 2020, n. p.).

Na Educação Básica, especialmente nas turmas dos anos iniciais as propostas de ensino voltadas a abordagens lúdicas são bem-vindas no cenário matemático, uma vez que esse tipo de abordagem busca ensinar brincando, tor-

nando a aprendizagem significativa e de qualidade. Tanto os jogos como as brincadeiras proporcionam desenvolvimento físico mental e intelectual (SILVA, 2020, n. p.).

Cabe ressaltar que “a educação lúdica contribui e influência na formação da criança, possibilitando um crescimento sadio, um enriquecimento permanente, integrando-se ao mais alto espírito democrático enquanto investe em uma produção séria do conhecimento” (ALMEIDA, 1995, p.41). A utilização de metodologias lúdicas exige tanto do professor quanto dos estudantes a “participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio” (ALMEIDA, 1995, p.41).

Seguindo óticas semelhantes, Mendonça (2010), afirma que o lúdico possibilita transformar docentes e discentes enquanto sujeitos do processo de construção do conhecimento, apontando a realidade e o cotidiano do aluno como elemento chave para o estudo da disciplina e conhecimentos envolvidos nessa área (MENDONÇA, 2010).

Nas classes do 4º ano, a BNCC aponta um objeto de conhecimento relacionado a importância da multiplicação, sendo: “problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação e da divisão: adição de parcelas iguais, configuração retangular, proporcionalidade, repartição equitativa e medida” (BRASIL, 2017, p. 292). Ainda, nas habilidades dessas classes, cabe aos docentes juntamente com seus alunos:

(EF04MA04) Utilizar as relações entre adição e subtração, bem como entre multiplicação e divisão, para ampliar as estratégias de cálculo.

(EF04MA06) Resolver e elaborar problemas envolvendo diferentes significados da multiplicação (adição de parcelas iguais, organização retangular e proporcionalidade), utilizando estratégias diversas, como cálculo por estimativa, cálculo mental e algoritmos.

(EF04MA13) Reconhecer, por meio de investigações, utilizando a

calculadora quando necessário, as relações inversas entre as operações de adição e de subtração e de multiplicação e de divisão, para aplicá-las na resolução de problemas (BRASIL, 2017, p. 293).

Diante desses contextos que devem ser abordados nessas classes, atividades propostas como as gincanas de multiplicação tendem a tornar a aprendizagem da matemática mais leve e participativo. Segundo Belusso (2015, p. 03), são atividades atrativas, “de aprovação da maioria das crianças que se identificam com as brincadeiras, pois fazem parte do seu dia a dia. Acreditamos que desta forma, a atividade será um motivador para a efetivação do processo de aprendizagem”.

Entende-se que por meio dessas propostas o ensino de matemática torne-se mais simples e menos assustador para os estudantes, visto que poderão desfrutar de momentos de prazer ao mesmo tempo em que constroem suas aprendizagens, resultando na busca de resultados melhores e a própria satisfação. “O mesmo perceberá a importância do conhecimento matemático sem ser através de expressões complexas, que demoram muito tempo para entender e desprendem de muito empenho daquele que quer aprender” (RIGATTI; CEMIN, 2021, p. 06).

As gincanas de multiplicação podem ocorrer de forma simples, em sala de aula ou espaços complementares das instituições de ensino. As propostas voltam-se a utilização de cálculos matemáticos (multiplicações) para solucionar problemas e receber prêmios simbólicos, como mini troféus, caixas de chocolate ou materiais escolares, o importante é que o esforço dos estudantes seja reconhecido. Diversas atividades que podem ser utilizadas são facilmente encontradas na internet, contribuindo com o planejamento do professor e a construção de uma atividade acolhedora e participativa.

Entre outros aspectos, propostas nesse sentido acabam trabalhando fortemente a colaboração entre os pares e o trabalho em equipe, auxiliando no desenvolvimento de competências pessoais entre os estudantes. No campo matemático, uns estudantes acabam auxiliando os outros, o que contribui para a construção conjunta das aprendizagens necessárias para compreender e utilizar a multiplicação em diversas situações, tanto na escola como fora dela.

Resultados e discussão

Por meio de uma devida reflexão a respeito das experiências vivenciadas pelas autoras, alinhando-se a literatura publicada, tem-se importantes resultados que refletem em positividade em propostas de ensino de Matemática pelo lúdico, como por exemplo, as gincanas de multiplicação.

Baze (2020) defende a vivência de gincanas de matemática, visto que esse tipo de atividade “tem com o intuito, motivar os alunos nos estudos da Matemática. Dessa maneira, deixar as futuras aulas de Matemática mais atrativas para os alunos, melhorando assim seu rendimento estudantil na disciplina” (BAZE, 2020, n. p.). Diversas atividades que podem ser utilizadas neste segmento são disponibilizadas gratuitamente em sites, o que facilita o planejamento do professor.

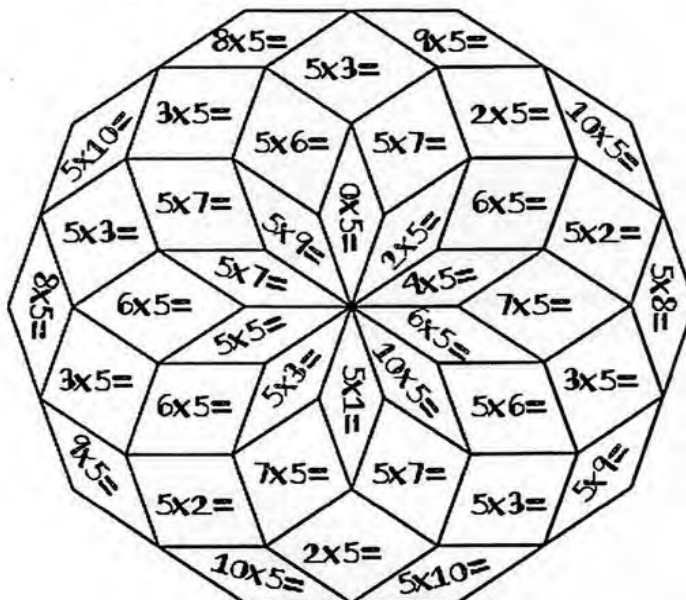
Seguindo as afirmações apresentadas, a figura 01 demonstra um exemplo de atividade que envolve a multiplicação e pintura, caracterizando uma atividade lúdica em que os estudantes vivenciam a matemática e arte trabalhando de forma conjunta, um processo criativo.

Imagem 01 – Atividades de multiplicação lúdicas



Escola Estadual de Ensino Médio São Francisco de Assis.
 Nome: _____ Data: _____ 5º ano Prof Caren

Pinte segundo a legenda:



Legenda:

VERMELHO 0, 5	LARANJA 10, 15	AMARELO 20, 25
AZUL 40,45, 50	VERDE 30, 35	

Fonte: Pinterest (2022)




Algumas atividades que podem ser utilizadas em propostas de gincanas de multiplicação são facilmente encontradas na internet, permitindo a impressão para uso dos estudantes. A utilização de atividades impressas tem sido uma excelente aliada em diversas propostas de ensino, tornando o processo mais acessível e facilitado para o andamento dos objetivos propostos.

Por meio de propostas como exposto na imagem 02, em que há operações envolvendo três algarismos, as gincanas de multiplicação podem ter mais sucesso, assim, de forma facilitada os estudantes podem realizar os cálculos, de forma simples e objetiva, tornando o processo mais interessante para eles.

Imagem 02 – Operações de multiplicação

Escola: _____
 Data: _____ Turma: _____ ESCOLAEDUCACAO.COM.BR
 Aluno: _____

Resolva as operações:


			$\begin{array}{r} 75 \\ \times 3 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 607 \\ \times 2 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 316 \\ \times 3 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 162 \\ \times 4 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 902 \\ \times 5 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 823 \\ \times 6 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 605 \\ \times 7 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 241 \\ \times 8 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 304 \\ \times 9 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 174 \\ \times 2 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 345 \\ \times 3 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 190 \\ \times 4 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 416 \\ \times 5 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 537 \\ \times 6 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 236 \\ \times 7 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 452 \\ \times 8 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 635 \\ \times 9 \\ \hline \end{array}$
$\begin{array}{r} 150 \\ \times 2 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 519 \\ \times 3 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 706 \\ \times 4 \\ \hline \end{array}$	$\begin{array}{r} 814 \\ \times 5 \\ \hline \end{array}$

Fonte: Pinterest (2022)

Conforme apontado na literatura científica, é fundamental que as atividades desenvolvidas atribuam significados para a compreensão dos estudantes, sendo necessário que os problemas simulem acontecimentos cotidianos. Nesse sentido, Cunha (2017) menciona que há vários exemplos da utilização da matemática no cotidiano para o professor aplicar em sala de aula, assim, “ao transmitirem seus conhecimentos, repassam aos alunos situações diárias comparando com a realidade mais próxima, refletindo num melhor aprendizado e ao mesmo tempo estimulando o raciocínio lógico” (CUNHA, 2017, n. p.).

Um exemplo de utilização de cálculos de multiplicação no cotidiano é exposto por Asth (2020):

Imagem 03 – Problemas de multiplicação

 TodaMatéria

ESCOLA: _____

NOME: _____ DATA: ____ / ____ / ____

PROBLEMAS DE MULTIPLICAÇÃO 4ºANO

A Bomboniere do Sr. Juca

No bairro Jamelão moram muitas crianças que adoram doces, balas e biscoitos. Como lá não há muito comércio, os moradores vão ao centro da cidade para comprá-los.

Percebendo a oportunidade, Sr. Juca, decidiu abrir uma loja de doces! No entanto, ele não é experiente em arrumar lojas, então, a criançada decidiu ajudá-lo nesta tarefa.


Questão 1. Joana está arrumando a prateleira dos bombons. Esta prateleira possui 6 cestinhos e, em cada um, ela guardará 35 bombons. Para encher os 6 cestos, quantos bombons Joana precisa?

Questão 2. Em uma bomboniere não podem faltar balas! As crianças fizeram uma lista com sabores prediletos: maçã verde, uva, melancia, laranja e goiaba. O Sr. Juca comprou um pacote de cada sabor, contendo 45 balas cada um. Quantas balas ele comprou?

Questão 3. Para os biscoitos, uma estante com 5 prateleiras foi montada. Em cada prateleira serão colocados 4 tipos diferentes de biscoitos com 20 pacotes de cada tipo. Quantos pacotes de biscoito estarão nesta estante?

www.todamateria.com.br

Aproxime a câmera do seu celular para mais atividades



Fonte: Toda Matéria (2020)

Exemplos como o citado na imagem 03 são fundamentais para que o estudante reconheça a aplicação da multiplicação em situações do cotidiano, o que reflete em além de maior interesse pelas atividades, a busca por compreender a totalidade dos problemas, envolvendo-se ativamente na aprendizagem da multiplicação.

Fica claro que o planejamento do professor deve ir de encontro aos objetivos desse tipo de atividade, qual deve estimular o trabalho em equipe e melhorias de possíveis dificuldades de forma simples e construtiva. Sendo assim, é evidente a importância de atividades lúdicas, assim como utilização de atividades disponibilizadas, facilitando e tornando mais dinâmico o processo.

Conclusão

Com a realização desse estudo, tem-se como indiscutível a afirmação de que a matemática é um componente curricular de extrema importância em toda vida do estudante, ficando claro a necessidade de reinvenção por parte do professor em buscar novas estratégias de ensino para estimular que esses sujeitos se envolvam ativamente no processo de ensino e aprendizagem e desfrutem dessas competências em qualquer ocasião.

É visto a importância de um planejamento estruturado diante das dificuldades dos estudantes, esse devendo ser alinhado a propostas de ensino que contemplem o lúdico e os objetivos propostos pelos documentos de referência para cada fase do ensino. Diversas abordagens podem ser realizadas em sala de aula, cabendo ao docente adaptar essas ideias a sua própria realidade.

Sendo assim, é evidente a necessidade de os docentes buscarem novas estratégias para estimular que os estudantes se envolvam e participem ativamente no processo de ensino e aprendizagem, ficando claro que propostas como a gincana de multiplicação podem contemplar esses objetivos, tornando a aprendizagem dinâmica e participativa.

Referências

ABREU, Marlene Aparecida Viana. **A matemática no ensino fundamental**. Disponível em: <https://pedagogiaaopedaletra.com/a-matematica-no-ensino-fundamental/> Acesso em 05 jul. 2022.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo: Loyola, 1995.

ALVES, Luana Leal. **A importância da matemática nos anos iniciais**. XXII Erematsul: Curitiba, 2016.

ASTH, Rafael. **Problemas de Multiplicação para 4º ano**. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/problemas-de-multiplicacao-para-4-ano/> Acesso em 05 jul. 2022.

ATIVIDADES DE MULTIPLICAÇÃO 4º ANO. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/40250990399089687/> Acesso em 05 jul. 2022.

BAZE, Marcos Felipe. **Gincamática**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/matematica/gincamatica.htm> Acesso em 05 jul. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Brasília, 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CONFORTO, Edivandro Carlos; AMARAL, Daniel Capaldo; SILVA, Sérgio Luis da. **Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos**. 8º Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produto: Porto Alegre, 2011.

CUNHA, César Pessoa. **A Importância da Matemática no Cotidiano**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 04. Ano 02, Vol. 01. pp 641-650, Julho de 2017.

MENDONÇA, Silvia Regina Pereira. **A matemática nas turmas de PROEJA: O lúdico como facilitador da aprendizagem**. Holos. v.3, ano 26. p.136-149. Natal. Rio Grande do Norte. 2010.

RIGATTI, Keitiane; CEMIN, Alexandra. **O papel do lúdico no Ensino da Matemática**. Revista Conectus, Caxias do Sul, RS, v.1 n.1, mar./abr. 2021.

SILVA, Luiz Paulo Moreira. **O que é multiplicação?** *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/matematica/o-que-e-multiplicacao.htm>. Acesso em 05 jul. 2022.

CAPÍTULO 5

MITO DA CAVERNA: UMA DAS PRINCIPAIS ALEGORIAS FILOSÓFICAS

Victor Antocheves Sudati

Larissa Schlottfeldt Sudati

Estefanio Guinazu Bernardes

Fernando Rossato

Luciane Martins Garlet

Luciane Maffini Schlottfeldt

Doi: 10.48209/978-65-5417-029-6

Introdução

Vivemos no período contemporâneo, e para um melhor entendimento do mundo filosófico torna-se fundamental pois oportuniza indagar a realidade, incluindo a reflexão sobre as questões que são fundamentais em cada época, através do estudo da existência humana e do saber advindo da análise racional, onde será o foco do trabalho em questão.

A história “O Mito da Caverna” é uma passagem do livro VII de “A República” escrito pelo filósofo Platão que viveu de 428 a 347 a.c. fundou a

Academia de Atenas, usava a epistemológica uma ciência que se preocupa com a verdade retara um mundo sensível dentro da caverna e um mundo de ideias o inteligível de fora da caverna, essa teoria é uma doutrina filosófica sobre o conhecimento (SOUZA; SILVA, 2015).

Entende-se que é uma história relata sobre homens desde seu nascimento vivem dentro de uma caverna subterrânea onde passavam dias olhando uma parede observando sombras, sendo este o mundo que conheciam e viviam, passavam o tempo colocando nomes nas sombras, sem pensar que poderiam sair do local ou se soltarem. Quando um dos prisioneiros é solto e sai vê a fogueira que reproduzia as sombras enxerga a realidade e talvez não conseguisse convencer os outros prisioneiros do mundo que havia fora dali o chamariam de louco, pois aquele mundo o deles (SOUZA; SILVA, 2015).

O trabalho em questão visa indagar o conhecimento, filosófico advindo por meio da história “O Mito da Caverna” relatada no VII livro “A República” de autoria de Platão entende-se que é necessário e fundamental compreender o papel da Filosofia dentro do Direito contribuindo com uma visão holística, humanística que promova a reflexão jurídica, ou seja capaz de instigar o profissional do Direito a uma visão mais completa e complexa do fenômeno.

O presente trabalho tem o objetivo de analisar o Mito da Caverna de Platão na Filosofia Jurídica, e o objetivo específico acrescentar conhecimentos, gerando a curiosidade para o aprendizado filosófico.

Desenvolvimento

O texto de Platão reproduz a natureza humana sem estar sujeito ao processo educacional e toda vinculação estimulada pela falta de conhecimento racional e crítico mediante a realidade. Platão sustentava a existência do mundo das Ideias onde referia-se ao mundo perfeito, eterno e imutável onde representa

a verdadeira realidade e também sustentava o mundo Sensível, também chamado de mundo das Sombras, aparências e ilusões, a qual nessas duas realidades, o Mundo Sensível e o Mundo das Ideias, tem-se uma sugestão de abandono das ilusões para a verdade. A vida na esfera dos sentidos e do sensível está representada pela vida na caverna, assim como a luz é a vida na esfera do espírito, da inteligência. Ao soltar-se de suas correntes, superando a visão do sol e da luz, transfere do mundo sensível para o mundo inteligível visando o Bem e a contemplação do Divino (SANTOS, 2015). Muitos homens vivem presos em um mundo de ideias e a um mundo de incertezas. No contexto da caverna, cada ser é chamado hoje a superar os seus próprios medos, estimulado a olhar para frente e observar uma amplitude no seu sentido perante o universo. Cada ser é uma liberto de explicação de si próprio. O ser é feito de crenças, é feito de sonhos e de pura racionalidade (MATOS, 2011).

Conforme Matos (2011) “somos pensantes e também cheios de desejos e de inúmeras realidades. Temos que fugir da escuridão para ver a luz mesmo que doa aos nossos olhos, pois eles conseguem se adaptar depois”. Na filosofia platônica todo o saber adquirido deve ser posto a serventia da transformação da realidade “porque implica um retorno à caverna de quem tinha conquistado sua liberdade, por solidariedade com os companheiros ainda prisioneiros, e com a finalidade de difundir a verdade” (SANTOS, 2015).

O homem que ali estava preso tornou-se sábio devendo voltar à caverna tendo superado o seu desejo interno de ficar somente na contemplação do Bem Verdadeiro ou em uma “zona de conforto”. Ele retorna a caverna para convencer os outros homens da falsa realidade apontando outra realidade que não é sombra ou aparência, onde a racionalidade é concentrada na verdadeira realidade. Na filosofia de Platão desenvolve que o verdadeiro político, não ama o comando e o poder, mas usa o comando e o poder como serviço, para o bem (SANTOS, 2015).

Diante disso, o sábio, o filósofo retorna à caverna para relatar que existe um mundo diferente no qual eles vivem aprisionados desde sempre, mesmo colocando-se em risco de não ser aceito e compreendido pelos outros homens que lá viviam presos, podendo ser agredido e até mesmo levar a sua morte devido às suas novas ideias. Todavia,” o homem que contemplou o verdadeiro Bem, saberá correr esse risco, pois é isso que possibilita sentido sua em sua existência. Ideias na contemplação do Bem por meio da razão que liberta o homem de todas as ilusões e de falsas crenças” (SANTOS, 2015).

Conforme Matos (2011) “não temos que ser prisioneiros da caverna, pois o medo nos impede de continuar a lutar por aquilo que nos interessa. O que nos faz virtuosos está na certeza de uma liberdade política, filosófica, sapiencial e intelectual”. Portanto, é preciso que vençamos os medos, para que possamos construir uma sociedade em que possamos evoluir como ser, pois, a busca pela evolução do meio social em que vivemos traz a felicidade. Sair da caverna é a construção sólida do caminhar ao encontro de um novo momento, o de mudança de mentalidade (MATOS, 2011).

Materiais e métodos

O presente trabalho faz parte da construção de um mini-paper sendo um requisito obrigatório para a obtenção de conceito na disciplina de Filosofia e Hermenêutica Jurídica do Curso de Direito da Faculdade Metodista Centenário (FMC) do município de Santa Maria, RS.

O trabalho em questão busca promover ao acadêmico de Direito o contato com a filosofia jurídica por meio do VII Livro “A República” chamado de “O Mito da Caverna” escrito pelo filósofo Platão por meio de uma revisão bibliográfica simplificada, advindo por meio da troca de experiências, expressas nos artigos e trabalhos disponíveis nos Recursos Educacionais Abertos (REAs)

para o desenvolvimento deste em questão, pois a troca de informação enriquece o processo de aprendizagem.

Conforme Gil (2008), a pesquisa pode ser definida como o procedimento racional e sistemático, tendo como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. Assim a pesquisa bibliográfica é realizada com fundamento em material já elaborado, composto especialmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja determinado algum tipo de trabalho dessa natureza, existem pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (GIL, 2008).

Resultados e discussão

Os resultados encontrados na elaboração deste estudo estão vinculados a pesquisa, entendimento e o aprimoramento de saberes e estudos no desenvolvimento deste trabalho, os quais, ressaltaram a importância do Mito da Caverna no contexto jurídico. O Mito da Caverna nos possibilita a compreensão de que vivenciar novos conhecimentos, confronto ideias e valores, o rompimento com os velhos saberes, para a construção de novos tornam-nos conhecedores de novas formas de realidade e deste modo possamos melhor entender as causas, os processos, as leis entre outros.

O mito da caverna na filosofia corresponde a uma atividade difícil que exige disciplina intelectual, esforço crítico e autocrítico, lança dúvidas sobre o que consideramos verdadeiro, exigindo avaliação sobre os nossos conceitos, preconceitos e as crenças mais básicas. A saída da caverna em direção a luz representa a realidade sobre uma nova perspectiva libertando do pseudo-saber, pensando si próprio, procurando orientação para existência, alcançando autonomia e liberdade através de novos saberes.

Compreende-se que o Direito advém das necessidades humanas, ou seja, são os fatos e das demandas que formam a sua existência exemplifica-se através das leis, que foram criadas para organizar a sociedade e deste modo visam garantir o direito à vida, o trabalho, a saúde, a educação, a moradia, a cultura, o lazer, a liberdade de pensamento, expressão e religiosa. Portanto o direito no mundo atual exige a racionalidade impendente das diferenças humanas, culturais, políticas, religiosas ou sociais, é preciso buscarmos compreensão, entendimento e razão para o desenvolvimento da atuação como futuros profissionais do Direito, e a filosofia torna-se um aliado dentro deste contexto.

Conclusão

Por meio da elaboração deste estudo, pode-se demonstrar, e compreender a importância da reflexão perante a racionalidade do mundo contemporâneo dentro do contexto jurídico onde Mito da Caverna serve para pensarmos sobre dogmas jurídicos, as leis, e buscarmos novas possibilidades à luz da razão para se pensar o método jurídico, capaz de realizarmos a análise de caso com suas particularidades.

Destaca-se o aprendizado e união da equipe que desenvolveu esta pesquisa, pois tornou possível analisar a história do Mito da Caverna, pelo qual se ligada em nossa futura atuação profissional dentro do ramo do Direito e na construção do conhecimento.

Deste modo entende-se que o método jurídico é algo complexo, desafiador que envolve todos os contextos tanto sociais, como jurídicos e muita compreensão para que homem que está dentro da caverna e aquele que está fora da caverna pois acredita-se que em nossa profissão lidamos com todas as formas de ser e estar de cada ser humano.

É preciso buscamos qualificações, e capacitações constantes para sermos capaz de agir em todas as situações jurídicas, onde muitas vezes será preciso voltar à caverna e promovendo a verdade sobre o atuar dentro do direito perante uma sociedade complexa, levando em conta a diversidade cultural, religiosa, orientação sexual, e os conflitos sociais.

Referências

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MATOS, L. P. **A Alegoria da Caverna e Seu Mito Hoje**. Revista Pandora Brasil, p. 68-78, 2011.

SANTOS, L. G. **Racionalidade Moderna e Método Jurídico à Luz do Mito da Caverna de Platão**. Revista de Argumentação e Hermenêutica Jurídica, p. 203-227, 2015.

SOUZA, M. D; SILVA C. S. **Uma análise do Mito da Caverna de Platão na filosofia**. VI JICEX - Jornada de Iniciação Científica e de Extensão Universitária v. 6 n. 6, 2015.

CAPÍTULO 6

VIVÊNCIAS DE UM ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA DISCIPLINA DE LETRAS-PORTUGUÊS EM UMA EJA

Larissa Schlottfeldt Sudati

Clayton Hillig

Liziany Muller

Doi: 10.48209/978-65-5417-029-7

Introdução

O Estágio Supervisionado é considerado como um elo entre o conhecimento expresso na jornada acadêmica e a experiência real da didática em sala de aula quanto profissionais (FILHO, 2010). Além de ser a ligação entre teoria e prática é um importante instrumento de integração entre universidade, escola e comunidade (FILHO, 2010).

O trabalho em questão se baseia nas vivências desenvolvidas advindas do Estágio Curricular Supervisionado do curso de Segunda Licenciatura em Letras-Português que ocorreu na Escola Técnica EDUQ que faz parte do município de Marau, RS, dentro da modalidade Educação de Jovens e Adultos

(EJA), mais especificamente em uma turma de EJA Anos Finais do Ensino Fundamental, e uma turma de EJA Ensino Médio.

A educação evolui de modo progressivo a cada ano que passa, muitas pessoas que não tinham acesso a escolas e ambientes de estudo, hoje em dia possuem a chance de voltar a estudar e assim aprimorar seus conhecimentos, deste modo a EJA contribui para a retomada do estudo, promovendo a inclusão social e o acesso de jovens e adultos à educação.

A EJA proporciona aos seus estudantes uma base curricular escolar, oportunidades de convívio social, além da certificação necessária para investir em etapas superiores da educação a fim de desempenhar uma participação efetiva e consciente, tanto na sala de aula quanto na sociedade. Assim, o educador de Língua Portuguesa da EJA deve procurar anular experiências traumáticas dos educandos com os processos de aprendizagem do ensino da língua portuguesa principalmente referente a leitura e da produção de textos.

Intensifica-se que para uma educação que apresente melhorias constantes, o educador de letras-português deve associar o ensino com os saberes de seus educandos, atuando de forma conjunta com a teoria e a prática do ensino, pois o português oscila de acordo com a região geográfica, questões socioeconômicas, escolaridade, gênero, situação, entre outros.

O objetivo para o desenvolvimento da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado foi o de “Promover o ensino-aprendizagem de português na prática docente em uma EJA nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio”, e os objetivos específicos foram de “Aulas baseadas e pautadas em experiências concretas e funcionais interligadas à vivência do grupo; e Fortalecer o esforço de ação e reflexão do educando nas aulas de língua portuguesa”.

Entende-se que o estágio curricular obrigatório é um agente fortalecedor do futuro educador afim de contribuir para capacitá-lo para exercer suas devidas funções para com os educados pois proporciona, e prepara-o para a introdução e inserção no processo de trabalho, oportunizando uma experiência de aprendizado, na qual, as situações e práticas da profissão são repassadas e possam desenvolver habilidades e competências de um futuro educador.

Área de concentração: fundamentação teórica

A procura de novas formas de ensino-aprendizagem baseado em atualizações constantes se faz necessário frente ao contexto contemporâneo no qual nos encontramos. Em busca de um trabalho educativo de qualidade, o investimento de novas formas de ensino torna-se fundamental por parte dos educadores. Diante do exposto, entende-se que juntamente com as práticas escolares a formação continuada deve fazer parte da rotina do educador (SILVA; OLIVEIRA, 2014).

Com isso os professores têm que buscar métodos que chame atenção desses alunos, que faça eles terem interesse de ir para a escola mesmo após um dia cansativo de trabalho.

Para Arbache (2001):

Visualizar a educação de jovens e adultos levando em conta a especificidade e a diversidade cultural dos sujeitos que a elas recorrem torna-se, pois, um caminho renovado e transformador nessa área educacional (ARBACHE, 2001, p.22).

Desse modo, para que o educador de Jovens e Adultos possa contribuir como uma aprendizagem mais significativa deve estar preparado para atender esses alunos em todas as suas especificidades e, portanto, deve conhecer seus alunos e suas necessidades.

A Constituição Federal estabelece em seu artigo 205 que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, bem como preconiza em seu artigo 206, no inciso I o princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

EJA exige uma discussão mais ampla no que diz respeito à sua verdadeira função, que segundo PAIVA (1973) é:

A educação de jovens e adultos é toda educação destinada àqueles que não tiveram oportunidades educacionais em idade própria ou que tiveram de forma insuficiente, não conseguindo alfabetizar-se e obter os conhecimentos básicos necessários. (PAIVA, 1973, p.16)

Cada educando tem um método de desenvolvimento da aprendizagem do qual é capaz de apreender os sentidos e significados expressos dos conteúdos estudados, o educador é o agente responsável por estimular cada aluno tornando esse processo mais fácil e de melhor compreensão (CERICATO, 2017).

Compreende-se que na atualidade da qual nos encontramos, a presença e importância do educador em qualquer período escolar, tem um papel fundamental, pois é através de seus ensinamentos e sua didática que se constroem grandes educandos, assim o educador pelo qual representa a escola deve construir seu ensino junto com a comunidade visando agregar conhecimento no dia-a-dia do educando e de modo contínuo.

A instituição escola é o espaço onde se dão os encontros entre professores e alunos, entre currículos, materiais de ensino e processos formativos, os quais nos permitem compreender como as práticas de ensino de Biologia se articulam como os diversos elementos sócio históricos que os constituem (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009, p.23).

Atualmente com os avanços do mundo contemporâneo o ensino torna-se cada vez mais desafiador para o educador de letras-português, pois vai além do que ensinar a ler e escrever, a reflexão ganhou o mundo, e o modo de ensinar precisa caminhar junto com o raciocínio e a interpretação do mundo no

qual o educando vive, tratando-se de um processo contínuo e não fragmentado. Trazer o entendimento do educando associado com seu cotidiano faz com que o profissional docente esteja mais próximo de seu cotidiano, incluindo neste meio os espaços de moradia, de lazer, efetivando um exercício de fala e escuta, intercedendo com o conhecimento científico para buscar a superação desta realidade procurando espaços de convivência mais dignos e humanos (NICOLETTI; SEPEL; VESTENA, 2016).

Entretanto, ensinar é um processo ininterrupto que engloba o ambiente de convívio do educando e requer propostas didáticas em todos esses ambientes, pois o educando aprende tanto formalmente como informal, representadas pelas habilidades de observação, escuta, diálogo entre outros procedendo com novos saberes e fazeres.

Vivência do estágio

A Vivência do estágio foi realizada no Instituto de Educação Figueiredo Trage EIRELI-ME localizada no Município de Marau, RS, Brasil, chamada de Escola Técnica EDUQ. Está estabelecida na Avenida Júlio Borella, 3553, Bairro Santa Rita, CEP: 99150-000. A escola atua buscando uma educação de qualidade, sua metodologia se volta para a satisfação do aluno, trabalhando para oferecer o melhor ensino, aperfeiçoando os recursos tecnológicos para auxiliar o aluno na conclusão do ensino fundamental e médio ou em sua capacitação profissional.

A Escola Técnica EDUQ funciona no noturno, tendo como uma das finalidades, a oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos que buscam dar continuidade a seus estudos no Ensino Fundamental ou Médio, assegurando lhes oportunidades apropriadas, considerados suas características, interesses,

condições de vida e de trabalho, mediante ações didático pedagógicas coletivas e/ou individuais. Contempla o total de carga horária estabelecida na legislação vigente nos níveis do Ensino Fundamental fase II e Médio. A filosofia da escola segundo seu PPP, se dá por meio ao desenvolvimento de uma educação integral, baseada no resgate de autoestima, e na descoberta das aptidões individuais de cada educando.

A Escola Técnica EDUQ possui 07 turmas e EJA anos finais do ensino fundamental e 07 turmas de EJA ensino médio, cada turma tem em torno de 40 educandos, seu funcionamento é de segunda a sexta feira, no noturno. Todos aqueles que procuram a Escola Técnica EDUQ, sejam adolescentes, jovens, adultos ou idosos, são acolhidos pela secretária e a coordenação pedagógica. Estes, através de uma conversa bem informal, identificam qual nível da Educação Básica se encontram, quais documentos necessitam para realizar a matrícula, carga horária das disciplinas, aproveitamento de estudos, frequência e formas de atendimento (coletivo ou individual).

As atividades de estágio desenvolvidas na Escola Técnica EDUQ deram-se início no dia 22/02/2022 diretamente na procura pela escola, para a realização da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado de letras-português, onde a coordenadora pedagogia acolheu disponibilizando-se para supervisionar o estágio junto com a educadora da disciplina de letras-português de maneira receptiva e acolhedora, deste modo foi traçado um cronograma, passado as demais informações da escola, os passos para serem realizados o estágio e como iria funcionar, a forma de intervenção de acordo com as atividades práticas do Estágio, sendo elas as observações, regências e entrevistas, os planejamento das práticas pedagógicas da disciplina de letras-português ou seja a elaboração dos planos de aula, incluindo o tema para os planos de aula. Ainda no mesmo

dia foi realizado o Roteiro de Observação e a entrevista, onde foram observados, coletados e registrados os dados necessários para a confecção do mesmo juntamente com a coordenadora pedagógica.

Compreender as práticas que os professores desenvolvem dentro das escolas do campo torna-se fundamental para significar o processo de aprendizagem. Talvez o grande desafio a ser cumprido é o de associar a teoria dada em sala de aula com os saberes tradicionais que os educandos trazem de suas vivências do cotidiano, e o conhecimento deve ser repassado ao educando associado com sua cultura e conforme os avanços do processo global.

A educação abrange mais do que a proporção entre a relação com o saber, envolvendo também a socialização, a fim possibilitar a convivência em grupo. Em termos educacionais é extraordinário que os alunos interajam e também construam conhecimentos através das trocas de experiências (FERREIRA; et al., 2017).

Impressões do estágio (considerações finais)

Conclua o seu *Paper* apresentando como a vivência de estágio contribuiu para sua formação de professor. Discorra sobre os objetivos propostos a fim de refletir se foram alcançados. Relate as dificuldades e possibilidades encontradas durante a realização do estágio informando resultados.

No último parágrafo apresente uma postura crítica e reflexiva sobre os resultados do Estágio, com base na fundamentação teórica estudada.

A importância do estágio curricular supervisionado se dá por integrar o conhecimento teórico com a vivência prática, onde é possível reconhecer os obstáculos e o êxito que serão encontrados na atuação da profissão. Por ser realizado em um local acolhedor e humanizado, oportunizou ao acadêmico a

oportunidade de conhecer a realidade do educador frente a EJA, incluindo neste aprendizado a ética e o respeito.

As vivências advindas do estágio curricular supervisionado mostraram-se uma atividade preparatória para a vida, contribuindo positivamente nos aspectos profissionais e pessoais do futuro educador de letras-português, proporcionaram o entendimento que o ensino é o resultando de um compartilhamento de saberes, pois educar é um ato grandioso para quem educa em qualquer meio social e parte da etapa de vida no futuro do educando.

Contudo torna-se possível compreender que educar é um compromisso adquirido visando sempre qualificar-se para prestar um ensino de qualidade com melhorias contínuas, pois educar é um ato grandioso para quem educa em qualquer etapa da vida do futuro educando, portanto, a educação deve ser continuada e humanizada, sendo em âmbito acadêmico, pessoal e profissional.

Referências

ARBACHE, Ana Paula. **A Formação de educadores de pessoas jovens e adultos numa perspectiva multicultural crítica**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro. Papel Virtual Editora, 2001.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil de 1988**. Brasília, 1988.

CERICATO, Itale Luciane. Sentidos e Significados da Docência, segundo uma Professora Iniciante. **Educ. Real.**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 729-746, Jun. 2017.

FERREIRA, G. R. M.; RIBEIRO, A. C. R.; BEHAR P. A. Redes Sociais em um Ambiente Virtual de Aprendizagem: uma análise a partir da ferramenta Mapa Social. **Revista Renote**. v. 15, n. 2, 2017

FILHO, A. P. **O Estágio Supervisionado e sua importância na formação docente**. Revista P@rtes. 2010.

MARANDINO, M., SELLES, S. E.; FERREIRA, M.F. **Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos.** São Paulo: Cortez, 2009.
NICOLETTI, E. R.; VESTENA, R. F.; CARLAN, F. A. **Trabalhando o ciclo de vida através de diferentes atividades práticas.** CCNExt - Revista de Extensão, v. 3, p. 1143-1148, 2016.

SILVA, A. M.; OLIVEIRA, M. R. F. **A Relevância Da Formação Continuada Do (a) Professor (a) De Educação Infantil Para Uma Prática Reflexiva.** III Jornada de Didáticas, Desafios para a docência e II Seminário de Pesquisa e CEMAD. 2014.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de jovens e adultos.** Rio de Janeiro: Edições Loyola, 1973.

CAPÍTULO 7

UM NOVO MODELO EDUCACIONAL: PERSPECTIVAS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ludimira da Silva Duarte

Ellen Renata Montalvão Oliveira Pedrosa

Jackeline da Silva Sirqueira Souza

Nayara Feitosa de Moraes

Doi: 10.48209/978-65-5417-029-8

Introdução

A educação brasileira como conhecemos hoje é fruto das inúmeras transformações que aconteceram desde o primeiro império, levando modelo educacional a enfrentar diversos obstáculos, com o principal deles sendo a inclusão de alunos especiais no ensino regular. Em razão das poucas possibilidades, a ausência de aspectos inclusivos contribuiu com uma educação excludente, resultando em aumento progressivo de evasão escolar desse público ao longo dos anos.

Diante de tais empecilhos, foram desenvolvidas ao longo das décadas muitas políticas sociais voltadas a melhoria do ambiente escolar com o objetivo

de transformar o passado excludente da educação e levar o ambiente escolar para uma nova realidade mais inclusiva e igualitária. Com a necessidade de tornar as condições de acesso mais justas, coube a escola se adequar de forma que atenda todos os estudantes, possibilitando assim, a igualdade e o acesso à educação para todos, independentemente de suas limitações.

Nesta nova fase do ensino, e tendo em vista uma perspectiva mais inclusiva, as limitações não são vistas como problemas, mas como diversidade, as quais devem ser respeitadas. Sendo assim, o presente estudo busca abordar os aspectos que envolvem no processo educacional inclusivo, bem como apresentar a importância que a busca continua por aperfeiçoamento acadêmico representa na vida profissionais dos professores e de como isso impacta diretamente no processo educacional de crianças especiais.

Desenvolvimento

O processo de educação ocupa uma parcela significativa da vida de uma pessoa, com estes indivíduos passando em média 13 anos de suas vidas no ambiente escolar. Mesmo que o modelo ensino tradicional seja o predominante em todo o território, a educação brasileira tem evoluído bastante nos últimos anos, sempre buscando novas ferramentas pedagógicas como o uso de tecnologias e metodologias ativas como a gestão participativa, para melhorar e transformar a forma como o conhecimento é transmitido no ambiente escolar.

Dentre estas transformações, a busca por uma escola inclusiva está no topo das pesquisas desenvolvidas nas últimas décadas, com muitos pesquisadores abordando esta temática em seus estudos, com D'Ambrósio (1996), afirmando que o choque cultural gerado entre o modelo tradicional e o tecnológico, levaram a uma nova era educacional fortalecida por um processo de evolução educacional pelo qual a ensino está passando.

Estamos entrando na era do que se costuma chamar a “sociedade do conhecimento”. A escola não se justifica pela apresentação de conhecimento obsoleto e ultrapassado e muitas vezes morto, sobretudo, ao se falar em ciências e tecnologia. Será essencial para a escola estimular a aquisição, a organização, a geração e a difusão do conhecimento vivo, integrado nos valores e expectativas da sociedade. Isso será impossível de se atingir sem a ampla utilização de tecnologia na educação. Informática e comunicações dominarão a tecnologia educativa do futuro. (D’AMBRÓSIO, 1996, p.9).

Na visão do autor, torna-se possível perceber que em meio a essa problemática, tem surgido uma nova concepção sobre o ambiente escolar, com o processo de inclusão ganhando força e se estendendo desde alunos com alguma limitação física ou mental para a inclusão dos pais e da sociedade no processo educacional, com o uso de tecnologias sendo o pilar facilitador que interliga todos os agentes envolvidos na educação.

Diante das mudanças propostas pela nova política e tendo como base as ideias de a escola deve ser um espaço inclusivo em todos os âmbitos, de forma que discentes e docentes devem participar de atividades que possibilitem a integração do conhecimento, com a participação de toda a classe, com diferentes perspectivas que abrangem a valorização das experiências, vivências trazidas por todo o grupo. (SANTOS, 2012, p.21).

Desta forma, fica nítido que a tecnologia tem se tornado fundamental para a sociedade, estando diretamente ligados a transformação e a produção criativa do ser humano, no ambiente escolar tal transformação permite o surgimento de novas formas de ensinar e aprender. Kenski (2011, p.41), afirma que “Já não há um momento determinado em que qualquer pessoa possa dizer que não há mais o que aprender. Ao contrário, a sensação é a de que quanto mais se aprende mais há para estudar, para se atualizar”.

Durante as últimas décadas, o uso de tecnologias na escola vem sendo intensificado, tanto por parte do alunado, quanto pelos professores. Esse novo viés educacional causa um certo impacto na esfera educativa, possibilitando a propagação de informações praticamente de forma imediata. Neste contexto, há uma série de mudanças no que diz respeito ao ensino

e aprendizado nas escolas, onde o professor assume a função de indivíduo responsável por facilitar o aprendizado do aluno, utilizando a tecnologia como aliada no processo educacional. (SILVA, 2021, p3).

Seguindo esta visão, a atual situação que as escolas se encontram, é de transformação buscando recursos, adaptações e novas metodologias que venham além de motivar seus alunos a ter participação assídua em suas aulas, independentemente de suas limitações, bem como formas de fornecer a sociedade meio necessário para ter acesso ao dia a dia da escola como boletins educacionais, campanhas de conscientização, entre outras atividades que venham a tornar o ambiente escolar único, eficiente e inclusivo.

Quando a criança é colocada num contexto em que ela pode participar e interagir, sendo especial ou não, ela tem a oportunidade potencializar suas aprendizagens. Quando ela interage com outras crianças, ela melhora a comunicação, os processos sociais e emocionais são potencializados. Porque a Educação também é conviver com o outro. A lei citada anteriormente traz uma série de aberturas que não garantem esse direito à aprendizagem no sentido de escola inclusiva, no sentido de eu estar junto com o outro. (SANTOS, 2012, p.09).

Na visão de Libâneo (1990, p.08), “a escola é um espaço de educação formal exatamente porque a aquisição de saberes é planejada direcionada para gerar resultados”. Desta forma, percebe-se que a inclusão da sociedade no processo educacional permite a equipe pedagógica identificar as necessidades de seus alunos, visto que apesar da formação acadêmica possibilitar uma compreensão aprofundada das necessidades dos alunos em especial os alunos que necessitam de atenção especial, nada se compara as experiências que os pais e familiares possuem com os alunos com necessidades especiais.

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a idéia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. Isso porque o êxito de uma organização depende da ação construtiva conjunta de seus componentes, pelo trabalho associado, mediante reciprocidade que cria um “todo” orientado por uma vontade coletiva (LUCK, 1996, p. 37).

A introdução dos conhecimentos e experiências presentes na sociedade representam um avanço significativo no processo educacional, além de fortalecer o processo de inclusão de alunos especiais no ensino regular. A valorização das idéias dadas por todos, independente do cargo, função ou limitação, cria-se uma fonte inesgotável de ideias e visões diferentes que podem servir de base para a formulação de políticas educativas mais inclusivas e adaptadas as necessidades que determinada escola necessita.

Desta forma, a inclusão da gestão participativa como ferramenta no processo de transformação do ensino com o objetivo de tornar a escola em um ambiente totalmente inclusivo, apresenta melhoras significativas nas relações presentes no ambiente escolar, criando um ambiente favorável para que as opiniões de todos tenham o mesmo peso quando a escola precisar decidir quais ações tomar ou qual metas devem ser alcançadas primeiro, facilitando para que as necessidades sejam identificadas bem como soluções eficientes sejam formuladas em um ritmo acelerado, melhorando significativamente assim a vida dos alunos com necessidades especiais.

A escola contemporânea foi planejada para atender um determinado perfil de aluno, entretanto, hoje, a demanda é outra: temos estudantes bastante diversificados. Tal demanda exige da escola uma reformulação e inovação em todo o seu sistema, com estratégias de ensino que possibilitem atender a todos os indivíduos. A educação inclusiva traz consigo uma mudança dos valores da educação tradicional, o que implica desenvolver novas políticas e reestruturação da educação. Para isso, é necessária uma transformação do sistema educacional, ainda exclusivo, direcionado para receber crianças dentro de um padrão de normalidade estabelecido historicamente. (NASCIMENTO, 2014, p.10).

Neste modelo de gestão com foco na inclusão, todos os envolvidos de alguma forma na educação são ouvidos e possuem acesso aos acontecimentos escolares, como reuniões, necessidades escolares, boletins educacionais entre outras atividades desempenhadas no ambiente escolar, independentemente de

serem pais, alunos, funcionários, integrantes da comunidade e ou professores, tem o seu ponto de vista reconhecido. Desta forma, além da escola abrir caminhos para a introdução de inovações no ambiente escolar, recrutam e integram capital intelectual a equipe docente, visto que todos que participam do processo de evolução educacional com só alunos sendo os maiores beneficiários, podendo usufruir de um ambiente escolar acolhedor, inclusivo e moderno.

Educação Inclusiva por meio do ensino bilíngue libras como uma nova linguagem educacional

Diante das transformações que vem acontecendo no ambiente escolar, principalmente no que se refere a inclusão de alunos especiais no ensino regular fica evidente que muitos professores têm apresentado algumas dificuldades ao receber estes alunos, dentre elas se destaca a falta de conhecimento sobre a língua brasileira de sinais, popularmente conhecida com libras.

Buscando contornar tal problemática forma desenvolvidas muitas metodologias como a educação bilíngue visando trazer este conhecimento para os alunos e professores no ensino regular. A educação bilíngue se consiste em uma proposta de ensino inclusivo, buscando atender os estudantes surdos por meio da oferta do ensino de libras para professores e alunos com o objetivo de criar na escola um ambiente acolhedor e inclusivo.

Uns dos maiores desafios para uma educação inclusiva é a dificuldade das escolas se adaptarem ao ensino das duas línguas a língua portuguesa de forma oral e a língua brasileira de sinais (LIBRAS) para os surdos. Pelo fato da aprendizagem se dá por comunicação oral e audição, crianças com surdez não conseguem seguir este caminho, devido apresentarem déficits parciais ou totais. (CLAUDIO, 2019, p.17).

A libras pode ser descrita como uma comunicação linguística que utiliza a expressão de natureza visual e motora, dispõe de estrutura gramatical própria, transmitindo ideias e fatos, originados da comunidade surda do Brasil. Diante

desta realidade, a educação bilíngue busca possibilitar que os professores tenham a capacidade de se comunicar livremente com os alunos com necessidades especiais ligadas a audição ou fala, de modo que a limitação não interfira no processo de aprendizado do aluno.

Percebendo esta defasagem, muitas universidades em currículos de formação acadêmica dos professores, tem incluído o ensino da libras na sua grade curricular, especialmente em cursos de pedagogia e letras, tendo a presença acentuada da disciplina de libras como conteúdo, obrigatório em algumas instituições de ensino. A proposta de educação bilíngue parte do ensino de libras enquanto a primeira língua e o português como a segunda.

As línguas de sinais diferenciam-se das orais, já que o idioma de sinais ocorre através de um canal visual-espacial e não na oralidade auditiva. Dessa forma, articula-se espacialmente e é percebido por meio da visão, isto é, utilizam o espaço e as dimensões oferecidas por ele, quando constitui seus mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos a fim de veicular significados, os quais proporcionam as percepções pelos seus usuários diante das mesmas dimensões espaciais. (BRITO,1997, p.04).

Essa proposta de ensino possibilita ao professor ter em mãos um leque de possibilidades para a educação destes alunos, visto que possibilita aos alunos especiais a construção de seus próprios saberes de maneira independente, assim, reconhecendo a língua portuguesa e se integrando a cultura ouvinte. Em relação a suas características, a educação bilíngue busca oportunizar aos professores a capacidade de usar as duas línguas na transmissão de conhecimentos em sala de aula dependendo da situação em que se encontra, considerando que a libras é desconhecida pela maior parte da sociedade.

O professor habilitado em libras, além de ser capaz de conversar com alunos especiais, é capaz de ensinar os demais alunos a usar a libras criando assim na sala um ambiente acolhedor e inclusivo, permitindo que tantos os alunos especiais como os demais sejam capazes de interagir entre si, sem dificuldades.

O processo de aprendizado da língua por parte dos alunos pode ser realizado de diferentes formas, com a língua brasileira sendo a principal delas e a segunda sendo por meio da associação de imagens e vídeos ilustrativos.

Faz-se de extrema importância e comumente necessidade discutir a respeito da educação inclusiva na formação dos professores para que, sobretudo, auxiliem no desenvolvimento, na aprendizagem e na promoção de práticas válidas ao ensino de LIBRAS no contexto da Educação Infantil e para permitir obter uma educação realmente inclusiva é necessário construir um ambiente propício a ocorrer. Sobre essa questão, o ambiente inclusivo como aquele que tem uma articulação coletiva, uma ação comprometida à satisfação das necessidades de cada aluno, com uma visão mais abrangente através da construção do ser humano, da formação social fraterna, em que as pessoas convivam com suas diferenças e semelhanças. (SEKKEL, 2003, p. 162).

No entanto, o processo de ensino e aprendizagem da língua portuguesa assume uma extrema importância, se consiste em uma ferramenta fundamental na Educação Bilíngue, por meio do conhecimento da Língua Portuguesa o estudante surdo poderá dispor de mais acesso a experiências educacionais, contando que poderá fazer leitura de textos e atividades, compreender contextos, podendo interagir com os colegas, efetivando o processo de inclusão.

Resultados e discussão

A partir da realização desse estudo, importantes resultados foram adquiridos, sendo necessário a discussão a respeito das formas positivas de promover a inclusão escolar na educação infantil. Percebe-se que o processo de inclusão de alunos especiais no ensino regular é um tema que está presente constantemente em debates acadêmicos, congressos educacionais, bem como em conversas entre educadores, o que levam a entender a importância e a necessidade de abordar esta temática é algo urgente e que merece toda a atenção da classe educacional brasileira.

Na visão destes profissionais, a equipe educacional tem que se atualizar rapidamente para se manter operacional frente aos avanços educacionais das últimas décadas. A urgência em capacitar os profissionais da educação justifica-se nos avanços em termos de direitos garantidos e processo de inclusão de alunos especiais no ensino regular. Tais melhorias tem aumentado consideravelmente o número de alunos especiais nas escolas, tornando o espaço escolar um ambiente cada vez mais diverso e acolhedor.

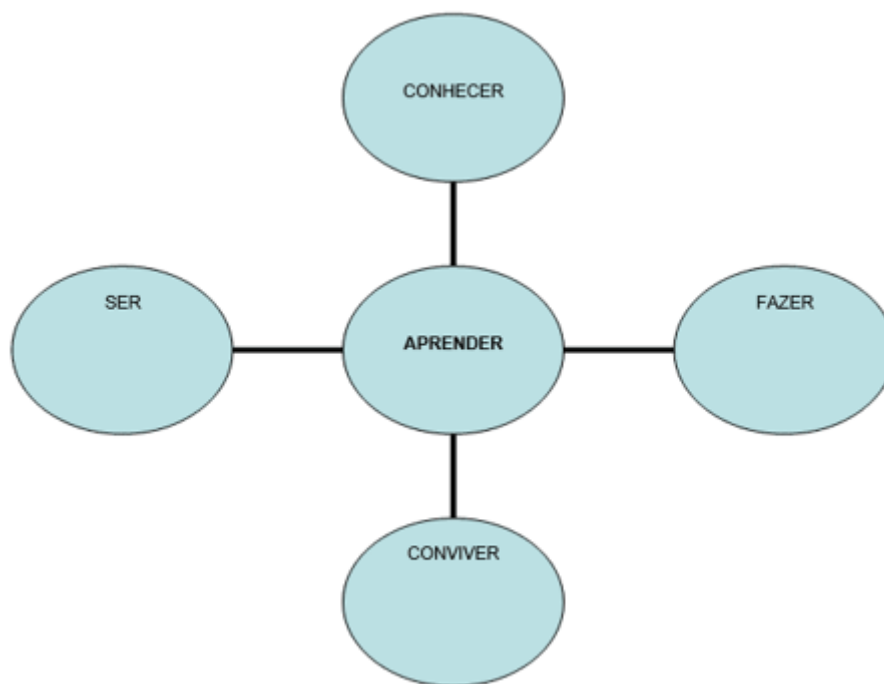
A reflexão da autora leva a pensar que, para a construção de um ambiente escolar inclusivo, em que permitam que todos se desenvolvam com suas diferenças e semelhanças, em que a educação deve ser construída pela participação de todos os envolvidos no processo educacional da criança, quer sejam pais, professores, funcionários, equipe de apoio, comunidade e todos os colegas de sala de aula. Para ocorrer o desenvolvimento ideal de uma formação de professores, perante a educação inclusiva, o trabalho pedagógico em sala de aula, precisa superar as diferenças, trabalhar com a diversidade, modificar o ambiente e permitir-se modificar por ele. Assim, os métodos educacionais devem buscar reduzir a exclusão social, sobre isso, (SASSAKI,1998, p.8)

Os princípios que regem a educação inclusiva demonstram que todo ser humano desfruta de capacidades de se desenvolver na sociedade, seja de forma convencional, ou não, cabendo a escola desenvolver estratégias que possibilitem a cada um o seu desenvolvimento. Tendo em vista o tamanho continental do Brasil, fica claro que os dilemas enfrentados podem variar entre as regiões, devendo as escolas buscar formas de se adaptarem o processo de inclusão para a sua realidade, desenvolvendo estratégias que possibilitem um processo de ensino e aprendizagem que atenda todos os públicos.

A importância de qualificação dos profissionais da educação envolvidos no processo educacional fica evidente na pesquisa realizada Costa et al, (2020), na qual os autores buscaram identificar e analisar as competências adquiridas por meio da convivência em meio a diversidade no processo de ensino e apren-

dizagem, especialmente com respeito a inclusão escolar. Com os autores desenvolvendo uma estrutura de cinco partes que envolvem a etapa do conhecer, aprender, fazer, ser e conviver, conforme descritas abaixo.

Figura 1 – Educação Inclusiva



Fonte: Costa et al (2020)

Ferreira (2018), buscando formas quantificar o impacto positivo que a inclusão de alunos especiais representa na educação brasileira, afirma em sua pesquisa que apesar das dificuldades presentes no processo de inclusão, o mesmo continua a evoluir e a se aperfeiçoar “ainda há um longo caminho a ser percorrido para desconstruir alguns paradigmas e empecilhos que dificultam o processo de inclusão” (FERREIRA, 2018, p. 05).

Tal ótica fica evidente em ilustrações feitas por alunos, demonstrando momentos no espaço escolar no qual alunos especiais convivem normalmente com os demais, compartilhando momentos de aprendizado, brincadeiras e de conversa, demonstrando que apesar das dificuldades a escola tem se tornado um ambiente mais inclusivo.

Figura 2 - Escola inclusiva



Fonte: Ferreira (2018)

Desta forma, fica evidente que apensar das limitações que muitos professores possuem em relação a formação acadêmica, bem como a dificuldade orçamentaria que muitas escolas enfrentam para se adequarem à nova realidade educacional, o processo de alunos especiais no ensino regular tem avançado significativamente e tem apresentado excelentes resultados. Diante de tais fatos, percebe-se que as expectativas têm sido superadas, o que reforça a necessidade de capacitação profissional por parte dos docentes, bem como a disposição dos recursos necessários para a efetivação deste processo, tonando as escolas um ambiente acolhedor com profissionais capacitados e alunos aptos a aprender.

Conclusão

Chegando ao fim da realização desse trabalho, torna-se possível afirmar que conhecimentos importantes foram adquiridos os quais refletirão diretamente no saber profissional, e nas possibilidades que podem ser contempladas em busca de um processo de ensino e aprendizagem mais inclusivos, fundamentado nas necessidades de cada indivíduo. Conclui-se que a utilização de ferramentas educacionais e tecnológicas representam um avanço significativos no processo de inclusão, visto que são capazes de incorporar a vários objetivos,

permitindo que tanto os professores quanto os alunos tenham acesso a vivência de um processo de ensino e aprendizagem interativo e dinâmico.

É reconhecido que a escola tem enfrentado alguns desafios com relação ao processo de inclusão, o que justifica a necessidade de reformulação no processo de ensino e aprendizagem a fim de incluir os alunos especiais e qualificar os professores para receber estes alunos. Nesse processo deve ocorrer a inserção de ferramentas que estimulem essa inclusão, com os professores podendo utilizar metodologias e ferramentas que estimulem e facilitam o processo de aprendizagem.

Sendo assim, fica clara a necessidade dos educadores em refletir sobre suas práticas e adotar novas ferramentas educacionais no processo de ensino e inclusão de alunos especiais, adequando esses recursos as necessidades totais de cada turma. Verifica-se que há diversos caminhos que podem ser seguidos para tornar a escola um ambiente inclusivo, demonstrando apesar das limitações que alguns alunos possam ter, ambiente escolar irá recebê-los de braços abertos, com respeito, empatia, demonstrando que a escolar é o berço da sociedade.

Referências

BRITO, Lucinda. **Secretaria de Educação Especial Língua Brasileira de Sinais**. SEESP, Brasília, 1997

CLAUDIO, J. P.; NETA. C. N. X. **O mundo surdo infantil**. FADERS, Porto Alegre, 2009.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Educação matemática: da teoria à prática**. Papi-rus, Coleção Perspectivas em Educação Matemática, Campinas, 1996.

KENSKI, V.M. **Educação e Tecnologias o Novo Ritmo Da Informação**. 8. ed. São Paulo, 2011.

LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítica social dos conteúdos**. Loyola, 21. ed. São Paulo, 1990.

LIMA, J. A. S. **A escola no contexto das tecnologias de comunicação e informação: do dialético ao virtual**. EDUNEB, Salvador, 2007.

NASCIMENTO. L. B. P. **A importância da inclusão escolar desde a educação infantil**. Departamento de Educação – Faculdade Formação de Professores. Rio de Janeiro. 2014

SANTOS, Daísy Cléia Oliveira dos. **Potenciais dificuldades e facilidades na Educação de alunos com deficiência intelectual**. Educação e pesquisa, São Paulo. 2012.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo Uma Sociedade Para Todos**. WVA, 3. ed. Rio de Janeiro, 1998.

SEKKEL, M. C. **A construção de um ambiente inclusivo na educação infantil: relato e reflexão sobre uma experiência**. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SILVA, Rita de Cássia Alves de Lima. **O uso de Tecnologias na Escola e seus impactos no Processo Educacional**. V congresso nacional de educação, brasil, 2021.

TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Editora Record, Rio de Janeiro, 1980.

CAPÍTULO 8

SARAU LITERÁRIO ECOLOGIA COM POESIA: O DESAFIO PEDAGÓGICO INTERDISCIPLINAR

Diego Carvalho Viana

Maria do Socorro Alves Barros

Rodrigo Pereira Coelho

Doi: 10.48209/978-65-5417-029-9

Introdução

A experiência interdisciplinar, no ambiente educacional, constitui-se verdadeiro desafio para o dia-a-dia do ambiente escolar da educação, de modo geral e em especial da educação pública. No entanto, o número de pesquisa sobre essa temática, no que concerne ao Ensino Fundamental, ainda é relativamente reduzido, principalmente nos anos finais do ensino fundamental, como Teixeira (2007), o que justifica que se continue a investigar, debater e pesquisar neste campo.

A experiência interdisciplinar, na Educação Básica, requer mudanças profundas que vão desde a formação dos docentes, elaboração de currículos integradores e interdisciplinares, permitindo aprendizagens significativas, em

que a educação escolar seja uma dimensão do todo social, pensado em suas redes de relações, conexões e não em uma mera reprodução de saberes que não têm nenhum significado, no processo de transformação social dos estudantes, enquanto cidadão crítico da sociedade em que estão inseridos.

De fato e real, o ensino fragmentado em disciplinas isoladas, frente às novas demandas e contextos de transformação social se configuram, pelo debate e mudanças de paradigmas, nas escolas. A “ideia de interdisciplinaridade implica em fazer a junção de duas ou mais áreas de conhecimento ou parte delas, para vislumbrar um dado fenômeno.” (CARVALHO, LUGLE, OLIVEIRA, 2019, p.221).

A escola é, nesse contexto, *lócus*, a partir do qual se deve refletir sobre as mudanças sociais e, para tanto, o uso de metodologias isoladas não correspondem às exigências sociais. A velocidade e a renovação tecnológica fazem com a educação encontre assim, novos desafios. O professor da atualidade está diante de estudantes inseridos em um contexto de mudanças e de inserção no mundo digital, com ferramentas tecnológicas, redes sociais e acesso à internet.

O preparo nas universidades, para trabalhar de modo interdisciplinar, assim como, na ausência de espaços e tempos, nas instituições destinadas à reflexão, para implantação de práticas educativas que promovam a inovação. Oferecer ao docente uma formação inicial e continuada, na perspectiva de conexões, entre as áreas de conhecimento, ou seja, em uma perspectiva interdisciplinar deve ocorrer a partir da formação de professores críticos e inovadores.

A pesquisa ora apresentada caracteriza-se, basicamente, como bibliográfica, descritiva e analítica. O caráter bibliográfico se afirma na busca de artigos escritos e publicados nos últimos 4 anos, tendo a fonte de pesquisa Scielo, como base principal. O viés descritivo- analítico se efetiva nas respostas contruídas a

partir da seguinte questão de investigação: Por que as práticas interdisciplinares são propostas inovadoras no ambiente escolar?

As respostas encontradas no Scielo são então, discutidas por estes dois autores, a partir de leituras diversas, mas, principalmente, por suas experiências como professores da educação básica, ou seja, ao mesmo tempo em que expõem seus pensamentos sobre o que dizem alguns estudos acerca da interdisciplinaridade, o fazem, levando em consideração, o próprio fazer docente, no contexto da educação básica, o que torna relevante a discussão ora apresentada.

A prática interdisciplinar no ambiente escolar:

O diálogo entre disciplinas do currículo escolar estão, segundo Fazenda (2011, p.12) ligados “à condição de efetivação da interdisciplinaridade, pressupondo uma integração de conhecimentos, visando novos questionamentos, novas busas..”. infere-se assim, que a interdisciplinaridade se dá para além do trabalho voltado entre áreas, mas, para o diálogo, cujas resultantes são novos conhecimentos, a serem construídos, pelos sujeitos que com elas interagem.

Nessa mesma linha de pensamento, Morin (2000, p.39) afirma que “ a educação dever promover a inteligência geral” apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global”. Morin refere-se assim, à compreensão dos princípios do conhecimento, pertinentes e necessários à educação, em uma sociedade globalizada, rompendo com o ensino fragmentado, compartimentalizado. No entendimento de Teixeira (2016, p.27):

[...] a interação de duas ou mais disciplinas. Essas interações podem implicar transferências de leis de uma disciplina a outra, originando, em alguns casos, um novo corpo disciplinar, como, por exemplo, a bioquímica ou psicolinguística, portanto, é um sistema suscetível de fazer com que duas ou mais disciplinas interajam entre si. Esta interação pode ir da simples comunicação das ideias até a integração mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, dentre outras

Outro aspecto para ser refletir é com relação ao planejamento escolar, que tradicionalmente ocorre de maneira separada, em algumas áreas, como por exemplo: Língua portuguesa, Matemática, Ciências, História, e cada disciplina com foco nos objetos de estudos de suas áreas, sem a devida preocupação em realizar projetos ou atividades escolares que possam promover a articulação, entre diversas áreas do conhecimento, para que se consiga elaborar, conjuntamente, um plano de trabalho interdisciplinar, em uma perspectiva contemporânea de organização do trabalho pedagógico, ancorado na interdisciplinaridade.

As premissas que encaminham os estudos interdisciplinares indicam que a especialização das disciplinas científicas, compreendidas no paradigma newtoniano cartesiano, culminou cada vez mais, para a fragmentação dos saberes. No século XX, essas premissas começam a ser contestadas, pois, começam a surgir novas variáveis de conhecimento científico que foram colocando em dúvida, muitos valores e crenças, já postas.

No Brasil, os primeiros estudos e pesquisas significativas, sobre o tema, tiveram início em 1970, com Hilton Japiassu e Ivani Fazenda. Esses autores trouxeram para o contexto brasileiro, os principais questionamentos a respeito do tema e seus conceitos, trazendo uma reflexão sobre as possibilidades e estratégias interdisciplinares, baseadas em estudos realizados, principalmente, na Europa.

Ivani Fazenda, em seu livro *Interdisciplinaridade, história, teoria e pesquisa* oferece uma visão da trajetória dos estudos sobre o tema, em uma perspectiva própria de quem sempre esteve participando ativamente, do movimento. Para a autora, há um viés entre a pesquisa e a interdisciplinaridade, que desvelam novas possibilidades, a partir das mais antigas, revisitadas sob diferentes perspectivas, tendo como perspectiva o significado da docência.

Outro aspecto interessante defendido por Fazenda (2002) que trata diretamente com o professor é aquela em que “ o educador que pretende prosseguir numa tarefa interdisciplinar precisa estar aberto às inovações, o que não significa aderir a elas de imediato; o fundamental é tornar-se disponível para novas possibilidades de investigação”, ou seja, os professores, na busca por empreender, em um contexto de diálogo entre diferentes áreas, para além da familiaridade entre as disciplinas, necessitam primeiramente, possibilitar a si próprios, a abertura para diferentes oportunidades de pesquisa.

Japiassu (1975) também discorre sobre o fenômeno interdisciplinar, discorrendo acerca de sua dupla origem, uma interna, caracterizada pelo manejo dos sistemas das ciências, acompanhamento e utilização de seu progresso e organização externa, caracterizado pela mobilização dos saberes e sua transposição, para a prática.

No cenário escolar do conhecimento científico, as ações pedagógicas docentes têm como objetivo criar situações que proporcionem a aprendizagem do discente. Historicamente, cada área do conhecimento buscou investigar, explicitar e discutir os objetos concretos e abstratos de estudos, levando em consideração as especificidades das disciplinas. O fenômeno da complexidade natural dos objetos induz ao entrosamento, diálogo, planejamento e trabalho curricular interdisciplinar.

Essa visão é retratada em Santos que discorre que:

[...] diferenças não constituem um impeditivo ao diálogo interdisciplinar, ao contrário, cada disciplina pode oferecer diferentes visões sobre um mesmo contexto, tornando-o mais enriquecedor. Todavia, não se pode, simplesmente, forçar um diálogo interdisciplinar sem que se questione a estruturação dos currículos no sentido de facilitar essa dialogicidade, o que deve ser uma reflexão permanente entre educadores, órgãos governamentais e sociedade em geral (SANTOS et al., 2016, p.154)

A reconfiguração do próprio sistema de ensino e da práxis educativa em decorrência de novo perfil do sujeito aluno-aprendiz das últimas décadas, originados pelas mudanças complexas de estruturas e do modo de gerar, circular e recepcionar conhecimento científicos, em mundo globalizado e tecnológico.

Com atenção a essas mudanças, efetiva-se a integração e a qualidade da ação pedagógica, no conjunto de diferentes disciplinas que compõem o currículo escolar, resultando em um planejamento com mentalidade inclusiva, personalizada, reflexiva, crítica e colaborativa.

Pretendeu-se desse modo, discutir e propor caminhos de possibilidades de concretização dos princípios interdisciplinares, na sistematização dos saberes científicos, nos currículos das escolas, assim como, planejar intervenções pedagógicas de modo interdisciplinar, a partir de identificação de um problema social, relevante para a comunidade escolar.

Buscou-se assim, tecer-se algumas discussões, acerca da interdisciplinaridade, a partir de olhares multidirecionais, a fim de trabalhar com as particularidades de diferentes disciplinas, oportunizando o estabelecimento de relações e partilhas entre os componentes curriculares, para melhoria do processo de ensino e de aprendizagem.

A interdisciplinaridade, de acordo com Fazenda (2003) é uma exigência natural e interna das ciências, no sentido de melhor entender e estudar a realidade, sendo uma necessidade tanto na formação, como da ação do homem e no educador, consideradas indispensáveis.

Conforme Teixeira (2007, p. 61), a abordagem interdisciplinar procura responder a demandas criadas pela falência de paradigmas investigativos, configurados da ciência moderna, a qual se caracteriza pelo aumento potencial “de disciplinas, de departamentos e currículos acadêmicos”, que nem sempre se mostram a serviço da construção de conhecimentos.

O sarau literário: ecologia com poesia na perspectiva interdisciplinar:

A proposta do projeto foi apresentar um espaço de aprendizagem não – formal que possibilitasse a convivência direto dos discentes com o objeto de conhecimento, e dessa forma pudessem correlacionar os conceitos teóricos abordados na sala de aula com os elementos encontrados no local, contribuindo para a construção de um conhecimento significativo à respeito de diversos temas relacionados a educação ambiental; além de promover a valorização do ecoturismo em seu potencial educativo, priorizando e difundindo a diversidade cultural e biológica regional .

É possível encontrar nas numerosas e extensas trilhas a caminho da Serra do Estrondo, uma rica diversidade de espécies de plantas e fenômenos naturais, além de alterações causados pelas ações antrópicas, e todo esse cenário permite uma explanação ampla sobre vários temas relacionados a educação ambiental e o desenvolvimento de práticas pedagógicas diversas.

A visita ao local proporcionou aos alunos a observação direta com elementos naturais, o que estimula o desenvolvimento inicial do pensamento científico, despertando a curiosidade, a formulação de questionamentos, a elaboração de hipóteses sobre os elementos, fatos e fenômenos encontrados, tornando um ambiente de descoberta e investigação. E diante das observações, os alunos foram provocados a apresentar possíveis soluções para os problemas apontados no local, no intuito de criar novas alternativas para a preservação e conservação do ambiente e o despertar sobre a consciência ambiental.

Neste sentido, Cascais e Fachín-Terán (2014) e Santos (2007) afirmam que espaços de educação não formal ao favorecerem a divulgação do conhecimento científico de forma acessível e revelando valores da ciência na prática

social podem contribuir com as escolas e para a formação cidadã dos indivíduos, na medida em que trabalham, para além dos conteúdos previstos no currículo escolar, temáticas atuais associadas a ciência e a tecnologia.

Dessa forma pode-se afirmar que os espaços não- formais de aprendizagem permitem aos estudantes explorar o mundo concreto e natural, o que possibilita a ampliação do conhecimento a respeito do objeto de estudo, além disso as visitas nesses locais, com caráter educativo, dinamizam as práticas pedagógicas e torna a atividade escolar lúdica e interativa.

Outro ponto que se pode destacar é o ecoturismo como proposta de aprendizagem fora do ambiente formal de ensino. O ecoturismo como prática de ensino pedagógico convida os discentes a conhecer, valorizar e difundir a diversidade biológica local, bem como refletir sobre suas ações, sejam de forma individual ou coletiva, a respeito da preservação e conservação do meio ambiente.

Partindo desse pressuposto, segundo Dias (2000) a Educação Ambiental nas atividades ecoturísticas tem o potencial de contribuir para que as pessoas compreendam melhor as questões ambientais, ampliando a conscientização desses problemas, fazendo que as pessoas tenham um contato mais próximo com o meio ambiente natural. Esse contato eleva a consciência do valor da natureza e faz com que adotem comportamentos e atitudes ambientalmente conscientes para preservar o meio ambiente e assim minimizar os impactos negativos que os próprios causam.

Além de abrir espaço para temas voltados para as questões ambientais, o ecoturismo como proposta metodológica de ensino abre um leque para discussões a respeito das atividades econômicas, sociais e culturais da região, possibilitando dessa maneira a interdisciplinaridade englobando diversas áreas de conhecimento.

Diante o exposto, podemos concluir que os ambientes naturais como espaço para prática pedagógica, fortalece o processo de ensino e aprendizagem, permitindo aos alunos a construção do conhecimento baseado na interação direta com o objeto de estudo, estimulando a observar o mundo que os cercam, sendo provocados a refletir, a discutir e a tomar decisões frente as questões apresentadas, tornando-se agentes ativos no processo de ensino.

Considerações finais

A interdisciplinaridade, em sentido restrito, caracteriza-se pela utilização de elementos ou recursos de duas ou mais disciplinas, para operacionalização de um procedimento investigativo, enquanto que a hiperespecialização fez com que o aprofundamento de cada disciplina a conduzisse às fronteiras de outras disciplinas, suscitando uma interdisciplinaridade que ou criou novas disciplinas, ou a abordagem interdisciplinar do ensino, a informar ou orientar os projetos pedagógicos e planos de aula, produzidos em escolas, da mesma rede de ensino.

A interdisciplinaridade, em sentido restrito, caracteriza-se pela utilização de elementos ou recursos de duas ou mais disciplinas, para a operacionalização de um procedimento investigativo. A transdisciplinaridade se instaura quando uma disciplina consegue “fecundar as abordagens de outra, privilegiando sua ‘dependência do contexto’ e assumindo o primado da inteligibilidade sistêmica, sobre a possibilidade analítica” (JAPIASSU, 2006, p.44)

Teixeira (2007, p. 72), destaca que, por consistir na “troca de conceitos, teorias e métodos entre as diferentes disciplinas”, a abordagem interdisciplinar muitas são as barreiras que estão revolucionando a estrutura impermeável existentes nas universidades. A interdisciplinaridade é

necessária, mas para que isso aconteça, os currículos e os programas de formação, assim como as unidades administrativas e as diretrizes políticas das instituições devem ser consideradas, como tão ou mais importantes. A resistência à interdisciplinaridade, tanto no âmbito do ensino, quanto no da pesquisa, demonstra temor da perda do exclusivismo ou da autonomia. Esse temor é um contrasenso, pois, conforme afirma Fazenda (2003, p. 26), a independência e o protagonismo de cada sujeito são considerados e respeitados, a partir da premissa que a marca do pesquisador, o torna único e lhe confere autonomia, está na forma como estabelece parceria”.

A abordagem interdisciplinar foi assumida na investigação proposta sob os enfoques na pesquisa e no ensino, preservando na investigação os nichos de atuação da “interdisciplinaridade escolar” e da “interdisciplinaridade científica”, conforme terminologias utilizadas por Fazenda (2011), para realizar tal distinção.

A interdisciplinaridade escolar é resultado da utilização de estratégias didáticas visando favorecer o processo de aprendizagem de conteúdos programados, considerando os conhecimentos prévios dos educandos, assim como a forma como estes se integram. A interdisciplinaridade científica, por sua vez, é resultante do trabalho cooperativo de pesquisadores de diferentes , tendo como premissa a solução de problemas complexos.

Referências

BRANDÃO, C. R. A Pesquisa participante e a participação da pesquisa: um olhar entre tempos e espaços da América Latina. In: BRANDÃO, C. R.;

CASCAIS, M. G. A.; FACHÍN-TERÁN, A. **Educação formal, informal e não formal na educação em ciências**. Ciência em tela, v.7, n.2, 1-8p., 2014.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 6. ed. São Paulo: Gaia, 2000.

FAZENDA, I. A Avaliação no pós-graduação sob a ótica da interdisciplinaridade. In: QUELUZ,

JAPIASSU, H. O Sonho transdisciplinar e as razões da filosofia. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

MORIN, E. *A Epistemologia da complexidade*. In: MORIN, E.; LE MOIGNE, J.-L. *A Inteligência da complexidade*. 3. ed. São Paulo: Peirópolis, 2000. p. 43-137.

MORIN, E. Desafios da transdisciplinaridade e da complexidade. In: AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C. (Org.). *Inovação e interdisciplinaridade na universidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 22-28.

MORIN, E.; CIURANA, E.-R.; MOTTA, R. D. *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2003.

SANTOS, M. *A Natureza do espaço*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

CAPÍTULO 9

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS A PARTIR DA CONCEPÇÃO DOS ESTUDANTES

Christiane Menezes Rodrigues

Tatiana Maria Pádua Vieira Machado

Doi: 10.48209/978-65-5417-029-10

A educação de jovens e adultos: introduzindo a temática

A temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está na pauta do dia. Apesar da garantia de acesso ao ensino para EJA ter sido reconhecida desde a Constituição de 1988, é possível evidenciar que essa modalidade de ensino sofreu diversas discontinuidades ao longo sua oferta e organização.

Para Benite (2010), a EJA se contextualiza a partir de “lacunas do sistema educacional regular (processo de escolarização) e compreende um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais” (p. 392) relacionadas ao processo de construção de conhecimento.

Haddad e Pierro (2000), ao discutir as políticas para a EJA desde o período colonial até os dias atuais, apontam que, dada a complexidade e pluralidade que permeiam os sujeitos pertencentes à EJA, assim como as políticas públicas destinadas a esta modalidade de ensino, a compreensão da EJA envolve processos e práticas diversas, pautadas por políticas educativas de caráter compensatório e aligeirado, para uma população já tão marginalizada e excluída das políticas sociais de toda ordem.

A partir do entendimento desta diversidade e pluralidade, este estudo buscou investigar os principais desafios enfrentados pelos alunos da EJA em um município localizado no interior do Estado do Rio de Janeiro. Os objetivos delineados no trabalho são: compreender o percurso histórico de criação da EJA no Brasil; identificar o perfil dos alunos da EJA a partir dos estudos bibliográficos; compreender os motivos pelos quais os alunos da EJA retornam aos bancos escolares.

A metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, do tipo revisão bibliográfica e exploratória, em que a pesquisa de campo se pautou na aplicação de um questionário. Os sujeitos da pesquisa são alunos da EJA do primeiro segmento do Ensino Fundamental, de uma escola fundamental localizada em um município no interior do Estado do Rio de Janeiro.

Acredita-se que seja extremamente importante estudar os alunos da EJA, principalmente, a partir das concepções dos sujeitos a quem esta pesquisa se destina – os alunos da EJA do primeiro segmento do Ensino Fundamental, na intenção de que ao captar os olhares dos alunos a partir de suas experiências e vivências seja possível conhecer e refletir sobre a realidade dos alunos que fazem parte dessa modalidade de ensino.

A educação de jovens e adultos no Brasil – breve histórico

A EJA, desde sua constituição, é permeada por práticas formais e informais, programas e processos educacionais que se fundamentam na tentativa de sanar os problemas educacionais relacionados ao analfabetismo, programas ou processos esses, sempre marcados por rupturas e descontinuidades. Nunes e Baladeli (2017) apontam que

Conhecida como modalidade de ensino que abrange a todos que não tiveram a oportunidade de estudar ou abandonaram os estudos na idade correta, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é amparada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que prevê o acesso de todos à educação escolar (NUNES e BALADELI, 2017, p.82).

Segundo os autores, a primeira tentativa de educar jovens e adultos no Brasil se iniciou no período colonial, através da ação dos jesuítas, que não apenas catequizavam, mas também ensinavam normas, comportamentos e ofícios para o trabalho na colônia. Em 1759, os jesuítas foram expulsos do Brasil o que segundo os estudiosos, provocou um atraso educacional para os jovens e adultos do país, pois somente a partir do Império é que teremos notícias relacionadas à EJA.

Em 1824, no período imperial, foi criada a primeira Constituição Brasileira sob influência europeia. Essa Constituição visava garantir o direito a uma instrução primária e gratuita para todos os cidadãos. Apesar desse direito ter sido proposto, a instrução primária não ocorreu de fato, pois, segundo Haddad e Di Pierro (2000) houve uma distância entre o proclamado e o realizado. Nas palavras dos autores

Em primeiro lugar, porque no período do Império só possuía cidadania uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica à qual

se admitia administrar a educação primária como direito, do qual ficavam excluídos negros, indígenas e grande parte das mulheres (HADDAD, DI PIERRO, 2000, p. 109).

Compreendemos que nesse período inicial de nossa história, as políticas da EJA eram voltadas para domesticação dos indígenas e negros, que eram instruídos para se tornarem mão de obra para o mercado de trabalho. É a partir dos anos 1940, já no período republicano, que se iniciam algumas mudanças um pouco mais consistentes no âmbito da EJA. Esta modalidade de ensino foi contemplada no Plano Nacional de Educação, que estabelecia o direito ao ensino primário integral obrigatório e gratuito, incluindo este direito aos adultos, sujeitos da EJA. Todavia, mesmo estabelecido este direito, a EJA como política educativa, mais uma vez, não se efetiva de fato para a população.

Entre os anos 1940 e 1950, vários movimentos populares e construídos a partir de ordens eclesiásticas, sobretudo católicas, começam a se desenhar, dentre estes, um programa de alfabetização de adultos articulado pelo educador Paulo Freire. No entanto, estes programas não tiveram força política e não se efetivaram enquanto política pública mais ampla. É no auge da ditadura militar, por sua vez, que vimos eclodir o que ficou conhecido como o Mobral.

O Mobral Movimento Brasileiro de Alfabetização, foi criado em 1967 por meio da Lei 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que se configurou no interior dos sistemas de ensino uma modalidade compensatória de educação, que de acordo com Paiva, Haddad e Soares (2019) estava ancorado na teoria do capital humano de acordo com o caráter desenvolvimentista da ditadura militar (p.12).

A Carta Constitucional de 1988, por sua vez, traz novas perspectivas em relação aos direitos da cidadania, e mais especificamente em relação à educação, ao afirmar que ela é dever do Estado e direito de todos. Mais tarde, com

a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei de nº. 9.394/96), a EJA passa a se constituir como modalidade de ensino.

Soares (2002) aponta uma mudança relevante do texto da LDB, ao substituir o denominado Ensino Supletivo por Educação de Jovens e Adultos. De acordo com a autora

A mudança de ensino supletivo para educação de jovens e adultos não é uma mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação (SOARES, 2002, p. 12 *apud* RUMMERT e VENTURA, 2007, p. 31 e 32).

Em relação ao financiamento da EJA, Rummert e Ventura (2007) e Barbosa, Silva e Souza (2020) afirmam que as novas regras estabelecidas serviram para secundarizar a EJA, uma vez que desmotivou a criação e a ampliação de turmas de educação de jovens e adultos nos Estados e Municípios. A falta de recursos e políticas em relação à EJA, resultou em um processo de diminuição de vagas para o Ensino Supletivo, gerando assim, uma substituição pelo ensino regular noturno, sem nenhuma preparação para lidar com as especificidades desse público

Entre os anos de 2003 e 2006, inicia-se o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em que, segundo as autoras, a EJA consegue ter um destaque mais evidenciado, se comparado aos períodos históricos anteriores. As ações adotadas durante a gestão do presidente Lula centravam-se na ampliação de mecanismos de certificação, visando à conclusão do Ensino Fundamental, à formação profissional inicial e ao Ensino Médio

Entre essas iniciativas, podem ser destacados o Projeto Escola de Fábrica, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM – e o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para Jovens e Adultos – PROEJA. Além desses, merecem destaque o Programa Brasil

Alfabetizado e, também, o Fazendo Escola, ambos implementados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD (RUMMERT e VENTURA, 2007, p. 34).

Para Paiva, Haddad e Soares (2019), após a aprovação da Constituição Federal de 1988, tivemos grandes avanços em relação às políticas da EJA e

Posteriormente, a luta por um marco legal e políticas para a EJA avançou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB de 1996), nos Planos Nacionais de Educação (PNE) e, finalmente, nas novas legislações do início deste século. Nesse contexto, no âmbito dos trabalhos e estudos apresentados no GT Educação Popular e no GT Movimentos Sociais e Educação, da ANPEd, começaram a surgir com maior intensidade estudos sobre escolarização de jovens e adultos, suas políticas, lutas e conquistas, assim como trabalhos a respeito da sistematização de experiências e práticas nessa modalidade de ensino (p.06).

Todavia, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016, os avanços obtidos se encontram ameaçados, dada as políticas vigentes de contenção de gastos nas políticas educacionais, incluindo as da EJA. O atual governo de Jair Bolsonaro, que se iniciou em 2019, extinguiu órgãos importantes relacionados à EJA, o que colocou um fim em todos os setores encarregados pelas políticas destinadas à EJA existentes no MEC.

Dado o contexto atual, podemos afirmar que as políticas educativas voltadas à EJA se encontram ameaçadas por um projeto de governo que não prioriza a EJA, não considera a diversidade existente em torno dos sujeitos que compõem a EJA, e ainda, não pauta esta modalidade de ensino nos debates educacionais. Entendemos que, em um percurso histórico marcado por políticas descontinuadas e por sujeitos sempre desconsiderados em suas singularidades nas políticas estabelecidas, as políticas progressistas construídas tão recentemente, podem ser aniquiladas mediante a proposição de currículos e políticas homogeneizantes e padronizadas.

Os sujeitos da eja – breve discussão pautada em estudos contemporâneos

De acordo com a LDB nº 9394/96, a EJA é destinada àquelas pessoas que não tiveram acesso ou não puderam prosseguir no Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade certa. Dessa forma, a lei garante o direito ao acesso gratuito desse público aos sistemas de ensino. Defendemos que não somente o acesso quantitativo deve ser garantido, mas que esse acesso seja viabilizado de modo que se respeite as especificidades desse público e buscando ainda, estimular a permanência dos alunos na escola.

Para Santos e Silva (2020), o fato de o aluno não ter concluído a escolaridade na idade certa, torna-se uma identidade desses sujeitos, pois o fato dessas pessoas não terem estudado na idade tida como a certa, passa a ser a principal característica desse público. Outro critério que define as especificidades desse grupo, é a necessidade de garantir condições para que esses sujeitos possam estudar diante das demandas do mercado de trabalho onde estão inseridos. Segundo Di Pierro (2005) *apud* Santos e Silva (2020) essa expressão idade própria disposta na lei

Sinaliza os resquícios da concepção compensatória de educação de jovens e adultos que [...] inspirou o ensino supletivo, visto como instrumento de reposição de estudos não realizados na infância ou adolescência (DI PIERRO, 2005, p. 1118 *apud* SANTOS e SILVA, 2020, p. 3).

Santos e Silva (2020), apontam outras características que definem os sujeitos que compõem o público da EJA. Estas características estão relacionadas à exclusão social, exclusão da e na escola, constituída por trabalhadores de classes populares e vontade de estudar para alcançarem, por exemplo, uma melhor condição financeira.

De acordo com Oliveira (2015), a necessidade de complementação da renda familiar de muitos brasileiros acaba gerando a desistência dos alunos em idade escolar com objetivo de contribuir com suas famílias no complemento da renda salarial. Carvalho (2009), por sua vez, argumenta sobre outro fator equivocadamente que acaba se tornando uma característica para os alunos da EJA. A questão desses jovens e adultos serem tachados como “aluno-problema”, pois quando não se ajustam ao ensino regular são encaminhados à EJA. Assim, esta modalidade de ensino passa a ter o caráter de receber os alunos não conseguiram desenvolver seu percurso na escola regular.

Segundo Casagrande e Hilario (2019)

O preconceito contra o analfabeto é um atentado moral e intelectual, pois, em muitos casos, fazem a ligação da pessoa que não tem uma instrução escolar e/ou não sabe ler e escrever com ausência de inteligência ou incapacidade para saber o que é certo e errado (CASAGRANDE e HILARIO, 2019 p.194).

Naiff e Naiff (2008) destacam que

A educação nos tempos atuais é tida como um importante elemento para aquisição de sabedoria e novos conhecimentos, sendo necessária à vida moderna. É comumente atrelada à melhoria das condições de vida e à inserção do mercado de trabalho. (NAIFF e NAIFF).

Freitas (2021) baseado em Freire (1994) argumentam sobre a importância de se considerar as vivências trazidas pelos alunos da EJA no processo de construção de suas aprendizagens, pois não se pode anular ou deixar de se reconhecer, os conhecimentos construídos por esses jovens e adultos durante sua vida. Partindo desses conhecimentos, valores e experiências desses alunos é que o processo de ensino aprendizagem crítico deve começar, ou seja, a partir da realidade do aluno.

Os estudos acerca do perfil e das singularidades dos alunos da EJA, apontam que não existe um único perfil e, sim, perfis, modos de vida diversos, rela-

cionado a pessoas que retornam aos bancos escolares em busca de uma melhor qualidade de vida. Diversidade, pluralidade e complexidade, de toda ordem, perpassam as trajetórias de vida dos sujeitos da EJA, sempre pautadas por desigualdades sociais, econômicas, culturais e educacionais.

Investigando os sujeitos da eja a partir de suas trajetórias e concepções

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa, de revisão bibliográfica e exploratória, em que a pesquisa de campo se pautou na aplicação de um questionário. A escolha da abordagem de pesquisa qualitativa se deu pelo fato dessa abordagem, em se tratando das ciências humanas, ter como fundamento acompanhar e analisar os fenômenos educativos (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Os sujeitos da pesquisa são alunos da EJA do primeiro segmento do Ensino Fundamental, de uma escola fundamental localizada em um município no interior do Estado do Rio de Janeiro. No que se refere ao trabalho de campo, foi aplicado um questionário para estes alunos com objetivo de conhecer melhor a realidade desses educandos e, assim, aprofundar as temáticas discutidas no presente estudo.

O questionário aplicado apresentou 26 questões¹. O referido questionário conta com temáticas como: identificação dos alunos, sua vida na escola “normal”, sua vida na escola da “EJA” e sobre o trabalho. Esse instrumento foi aplicado a 8 alunos.

¹ Foram selecionadas dentre as 26 questões, as que consideramos mais relevantes de serem tratadas neste texto.

Figura 1: Foto da turma da EJA



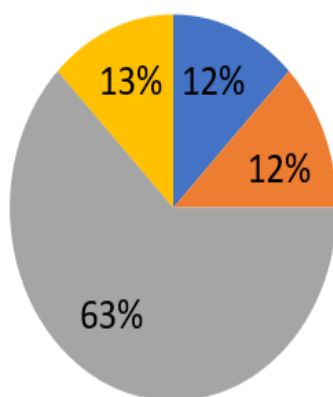
Fonte: elaboração própria (2022)

Quanto à identificação, no que diz respeito a faixa etária, o gráfico 1, expressa o retrato deste grupo específico de estudantes.

Gráfico 1: Faixa etária dos (as) alunos (as)

Idade dos estudantes

■ de 35 a 45 anos ■ de 46 a 55 anos ■ acima de 55 anos ■ não responderam



Fonte: elaboração própria (2022)

Com relação à renda dos alunos, o quadro 1 explicita que quase a totalidade dos respondentes, sobrevive com uma renda familiar muito restrita, considerando que ela provê o sustento dos estudantes e de seus familiares.

Quadro 1: Renda familiar dos(as) alunos(as)

Menos de 1 salário-mínimo	1 a 2 salários-mínimos	3 a 4 salários-mínimos	Mais de 5 salários-mínimos
1 aluno (a)	7 alunos (as)	Nenhum respondeu	Nenhum respondeu

Fonte: elaboração própria (2022)

Casagrande e Hilario (2019), argumentam que a renda salarial desses sujeitos, advêm de trabalhos pesados, de baixa remuneração, que não exigem especializações, pelo fato de que profissões com maior prestígio social demanda formação escolar completa e qualificação profissional. Sendo assim, são pessoas que não tiveram acesso à escola, o que acaba levando-os para empregos que não exijam especialização o que acarreta uma condição de baixa remuneração.

Um outro eixo do questionário buscou identificar a percepção dos alunos acerca de suas trajetórias acadêmicas na escola entendida como “normal”, considerando esta escola a que não atende o público da EJA, e sim os alunos que coincidem idade-série. Uma análise realizada buscou identificar a avaliação dos alunos a respeito de suas trajetórias. O quadro 2 apresenta esta questão

Quadro 2: Avaliação dos estudantes com relação a sua trajetória na escola regular

Péssima	%	Ruim	%	Normal	%	Boa	%	Ótima	%	Nunca estudaram	%
1	12,5	0	0	0	0	1	12,5	0	0	6	75

Fonte: elaboração própria (2022)

O quadro demonstra que 75% alunos nunca teve a possibilidade de realizar seus estudos na idade correta. Esta realidade dialoga com os estudos de Santos e Silva (2020), pois segundo as autoras “parece-nos que não ter concluído a escolaridade obrigatória em idade própria se torna uma condição de identificação desse público” (p.45).

Acerca da trajetória escolar na EJA, avaliamos ser pertinente compreender as percepções dos alunos sobre o tempo presente. Perguntamos aos estudantes o porquê do retorno deles para a escola. O quadro 3 demonstra as respostas

Quadro 3: Motivo que justifica o retorno dos alunos (as) para escola através da EJA

Aprender a ler e escrever	%	Escolaridade para o emprego	%	Melhorar condição social	%	Outro	%
8	100	Nenhum	0	Nenhum	0	Nenhum	0

Fonte: elaboração própria (2022)

A realidade evidenciada no quadro 3, está em consonância com os estudos de Silva, Ferreira Lopes e Ferreira (2009), pois de acordo com pesquisadores

Os alunos mais jovens costumam ter maiores expectativas com relação à educação e normalmente almejam um futuro mais promissor, a saber, a inserção no mercado de trabalho. Para os mais velhos, sobretudo os aposentados, a expectativa principal é outra. Ela está relacionada à aquisição de conhecimentos básicos, como ler e escrever, já que mencionam a idade avançada como um empecilho para desejar algo mais que apenas se alfabetizar. Contudo, aprender a ler e escrever é importante para que essas pessoas possam ter maior autonomia em suas vidas, como por exemplo, o simples fato de pegar um ônibus, ler uma placa, etc. (SILVA, FERREIRA LOPES e FERREIRA, 2009, p. 8).

Quando perguntados sobre o fato de se sentirem estimulados para continuar seus estudos no âmbito da EJA, 6 educandos afirmam que sim e 2 apenas dizem não. Quando perguntados sobre o que o fato de o professor (a) oferecer apoio para que eles continuem seus estudos. A resposta foi unânime, pois 100%

dos alunos sentem-se auxiliados pelo professor (a), com os quais, mantem uma excelente relação.

Esse apoio oferecido pelo professor é importantíssimo para que os alunos superem as dificuldades e não abandonem a EJA. Segundo Casagrande e Hilario (2019), o professor é peça fundamental para que os alunos vençam todas as barreiras. De acordo com as autoras

O professor como intermediador do conhecimento pode fazer a inserção dos alunos que se sentem excluídos, pois a escola é um direito para todos e cada particularidade, quando trabalhada em conjunto, faz com que os demais alunos percebam que as diferenças existem e são normais (CASA-GRANDE e HILARIO, 2019, p. 197).

Entende-se que a figura do professor como mediador, como estimulador, é de extrema relevância para que os alunos dessa modalidade de ensino superem suas barreiras e consigam seguir sua vida acadêmica. Em relação ao trabalho, 4 alunos afirmaram que possuem e um trabalho remunerado e os outros 4, disseram que não possuem.

As profissões dos que trabalham são: pedreiro, auxiliar de serviços gerais, doméstica e faxineira. De acordo com os estudos Casagrande e Hilario (2019), o fato de os alunos da EJA terem um baixo nível de leitura e escrita, acaba levando-os a procurar empregos que não exijam grandes qualificações ou que não possuam um grande domínio da leitura e da escrita. Sendo assim, acabam por optar por empregos que ofereçam uma baixa remuneração.

Conclusão

A presente pesquisa nasce a partir das inquietações relacionadas a Educação de Jovens e Adultos, pois através da disciplina de Estágio Curricular Supervisionado II, na Licenciatura em Pedagogia de uma das autoras, foi possível conhecer melhor essa modalidade de ensino, o que gerou grande interesse em entender melhor a realidade desse público.

Com relação ao perfil desses estudantes, o estudo realizado confirmou que o público da EJA é formado por uma diversidade de perfis, assim sendo, homens e mulheres com trajetórias de vida bem marcantes, perpassadas por desigualdades sociais e educacionais. Um dado que chama bastante atenção está relacionado às questões socioeconômica dos participantes, porque a maioria deles afirma viver com apenas um salário-mínimo o que justifica a condição de baixa remuneração desses sujeitos.

Intentamos, também, identificar o perfil dos alunos da EJA a partir dos estudos bibliográficos. Os estudiosos mostram que o público da EJA não possui um único perfil e sim perfis, pois é um público bem heterogêneo composto por pessoas com idades e histórias diversificadas, marcadas por desigualdades educacionais, sociais e econômicas. São sujeitos que sempre estiveram fora do alcance de políticas públicas, marginalizados sobretudo das políticas escolares.

A pesquisa de campo também aponta para o entendimento dos estudos bibliográficos, pois ela evidenciou que os estudantes da EJA retornam para escola buscando maior autonomia e o quanto o professor é de suma importância para que o aprendizado seja alcançado.

Em relação os motivos que levam os alunos da EJA a procurarem a escola, os participantes relatam que nunca estudaram, confirmando assim, uma característica desse público que é o fato de não terem tido acesso ao estudo na idade correta. A escola e o professor têm um papel primordial em suas vidas, pois eles veem em ambos, a possibilidade de construírem mudanças em suas vidas.

O último eixo da pesquisa traz questões relacionadas ao trabalho. Dos que trabalham, o que corresponde à metade da turma, atuam em atividades caracterizadas como de trabalho braçal pesado e de baixa remuneração. Eles almejam, através da escolarização na EJA, melhorar sua formação acadêmica,

para assim, galgarem outras possibilidades de exercício profissional que sejam mais valorizadas social e financeiramente.

Por fim, ao realizar um breve histórico da constituição e organização da EJA no Brasil, percebemos a proposição de projetos governamentais, e não de projetos de Estado, marcados por políticas descontinuadas e desarticuladas com as realidades dos sujeitos.

Mais recentemente, no contexto da redemocratização da sociedade brasileira, vimos alguns avanços como o reconhecimento da EJA como modalidade de ensino, a pactuação de políticas relacionadas com a formação básica e profissional, o aumento da oferta de matrículas, dentre outras ações. Todavia, na atualidade, mais precisamente na segunda década dos anos 2000, as políticas governamentais atuam no sentido de desconstruir os mínimos progressos alcançados no âmbito da EJA, por meio da extinção de setores e pelo “ocultamento” da EJA nas políticas curriculares vigentes.

Referências

BARBOSA, C. SILVA, J., L., da. SOUZA, J., C., L., de. Desafios do tempo presente na escolarização de jovens, adultos e idosos: agenda para a nova década. **Revisara tempo e espaços em educação**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 32, p. 2-19, jan./ dez. 2020.

BENITE, A., M., C. et al. Trajetórias da escolarização de jovens e adultos no Brasil: de plataformas de governo a propostas pedagógicas esvaziadas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.** Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 389-410, abr./jun. 2010.

CARVALHO, Roseli Vaz. A Juventude na Educação de Jovens e Adultos: Uma categoria provisório ou permanente? **IX EDUCERE- PUCPR**. Paraná, p. 7804-7815, out. 2009.

CASAGRANDE, Samira. HILÁRIO, M. dos S. O processo de alfabetização e letramento dos alunos da EJA: Um olhar atento as diferenças. **Saberes Pedagógicos**, Criciúma, v. 3, n°3, Edição Especial 2019.

FREITAS, A., C., S. FONTENELE, I., S. ALMEIDA de, N., R., O. Paulo Freire e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). **Ensaio em perspectivas**. Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-11, 2021.

GERHARDT, T., E. SILVEIRA, D., T. **Métodos de pesquisa**. A pesquisa científica. 1ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 31- 42.

HADDAD, S., DI PIERRO, M., C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista brasileira de educação**. São Paulo, n. 14. p. 108-194, mai/jun/jul/ago .2000.

NAIFF, L. A. M.; NAIFF, D. G. M. Educação de jovens e adultos em uma análise psicossocial: representações e práticas sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 20, n. 3, 2008.

NUNES, Marcos Teles; BALADELI, Ana Paula Domingos. **A Educação de Jovens e Adultos**: de Paulo Freire às metas do PNE. *Pesquisa em foco*, v. 22, n. 2, 2017.

OLIVEIRA, Claudimercia Lima De. **Descortinando a EJA e suas prática educacionais**: o papel da Educação de Jovens e Adultos como modalidade diferenciada de ensino e emancipação dos sujeitos. Tese de mestrado. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Bahia. p. 117. 2015.

PAIVA, Jane. HADDAD, Sérgio Haddad. SOARES, Leôncio José Gomes. **Pesquisa em educação de jovens e adultos**: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos. *Revista Brasileira de Educação* v. 24 e240050 2019.

RUMMERT, S., M. VENTURA, J., P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: A permanente (re)construção da subalternidade. Considerações sobre os programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. **Educar**. Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007.

SANTOS, P., dos. SILVA, G. Os Sujeitos da EJA nas Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 45, n. 2, 2020.

SILVA, S., A., da. FERREIRA LOPES, S. FERREIRA, D., M. A expectativa dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) com relação a educação para o trabalho. **Educar e transformar**. Pernambuco, 2009.

SOARES, L. J. G. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SOBRE OS ORGANIZADORES

Ivanio Folmer

Graduado em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia-PPGGEO/UFSM (2018). Doutorando em Geografia-PPGGEO/UFSM com previsão de término em 2022. Participante de diversos projetos de pesquisa e extensão, com as temáticas de Educação no campo; Educação Ambiental; Gênero e sexualidade; Mortalidade Infantil; Catadores e Memória e Patrimônio Cultural. É professor da Rede Estadual do RS na Área das Humanas - Componente Curricular: Geografia. Tutor EAD no Curso Licenciatura em Educação do Campo UAB/UFSM desde 2018. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação e Território- GPET.

Gabriella Eldereti Machado

É Licenciada em Química pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha - IFFar - Campus Alegrete (2015) e Pedagoga pelo Centro Universitário Facvest - Unifacvest (2020). Especialista Educação Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2016), Mestre em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2018). Atualmente é Discente do Programa de Pós - Graduação em Educação - Doutorado em Educação na Universidade Federal de Santa Maria.

Larissa Schlottfeldt Sudati

Acadêmica de mestrado do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da UFSM.

SOBRE OS AUTORES

Alessandra Lira da Silva

Especialista em Educação Especial, Educação Inclusiva e Múltiplas Deficiências pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI (2022); Especialista em Psicopedagogia pelo Instituto IMP (2012); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Pitágoras Unopar – UNOPAR (2010). E-mail alessandralira223@gmail.com

Alipio Felipe Monteiro dos Santos

Mestre em Cultura e Sociedade (PGCult-UFMA), especialista em História e Cultura Afro-Brasileira (FAVENI), pós-graduando em Metodologia do Ensino de História (FAVENI), licenciado em História (UFMA) e integrante do grupo de pesquisa Epistemologia da Antropologia, Etnologia e Política. E-mail: alipiomonteiro19@gmail.com

Clayton Hillig

Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Santa Maria (1990), mestrado em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (1996) e doutorado em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). É professor associado do Departamento de Educação Agropecuária e Extensão Rural (DEAER) e do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR) do Centro de Ciências Rurais (CCR) e do Curso de Especialização em Educação Ambiental da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Tenho experiência na área de Agronomia, com ênfase em Extensão Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: educação ambiental, desenvolvimento rural, cidadania, ação pedagógica e agricultura familiar.

Christiane Menezes Rodrigues

Professora do Instituto Federal Fluminense. Mestre em Políticas Sociais (UENF/RJ). E-mail: chmenezesrodrigues@gmail.com>

Débora Pontelli

Engenheira Agrônoma graduada pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). De 2010 a 2014 foi extensionista rural de nível superior na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/ASCAR) do Rio Grande do Sul. Possui especialização em Perícia, Auditoria e Gestão Ambiental pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG) com ênfase na área de Gestão em Propriedades Familiares e Perícias Agrícolas. A partir de 08 de abril de 2014 trabalha no Instituto Rio-Grandense do Arroz (IRGA), como técnica superior orizícola, no momento coordenando o 37º Núcleo de Assistência Técnica e Extensão Rural que compreende os municípios de Agudo, Dona Francisca, Paraíso do Sul e Nova Palma.

Diego Carvalho Viana

Pedagogo e professor da UEMASUL.

E-mail: diego_carvalho_@hotmail.com

Eduardo Pauli

Doutorando do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural, Mestre em Extensão Rural pela UFSM, Ex-Sócio Proprietário da empresa PJFIT Tecnologia S/A, Ex-Sócio Proprietário da empresa EGPV - Soluções em TI, possui graduação em Sistemas de Informação pela Faculdade Metodista de Santa Maria (2010). Atuou como docente - ebt do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (2011) e bolsista de extensão da Universidade Federal de Santa Maria. Tem experiência na área de Ciência da Computação, com ênfase em Sistemas de Informação. Mestre em Extensão Rural(UFSM), concluiu (PEG).

Estefanio Guinazu Bernardes

Ellen Renata Montalvão Oliveira Pedrosa

Especialista em Educação Física Escolar pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais – INTERVALE (2018); licenciada e bacharela em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT (2011); licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson – UNAR (2019); Especialista em Alfabetização e Letramento pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais - INTERVALE (2021-); Especialista em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Mantense dos Vales Gerais - INTERVALE (2021-). Professora e pesquisadora na rede pública de ensino no município de Barra do Garças - MT. E-mail: ellen-montalvao@gmail.com.

Fernando Rossato

Gedson do Nascimento Vasconcelos

Licenciado em História (UFMA), professor de História e Geografia do município Santa Luzia do Pará. E-mail: gedson_nv@hotmail.com

José Geraldo Wizniewsky

Professor/ Orientador do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

Julyana Cabral Araújo

Mestranda em História (UFG), especialista em Filosofia das Ciências Humanas (UFMA), licenciada em História (UFMA). Professora na Unidade Mais Integrada Raquima Martins, Pedro do Rosário, MA.

E-mail para contato: julyanacabral007@gmail.com

Jackeline da Silva Sirqueira Souza

Especialista em Educação infantil pela Universidade Unopar (2019); licenciada em pedagogia pela faculdade Cathedral (2018). Professora e pesquisadora na rede pública de ensino no município de Barra do Garças - MT. E-mail: jackejean@outlook.com.

Ludimira da Silva Duarte

Especialista em Psicopedagogia institucional com ênfase na educação inclusiva pelo Centro Universitário- Unicathedral (2020); graduada em Pedagogia pelo Centro Universitário UniCathedral (2019); Professora e pesquisadora na rede pública de ensino no município de Barra do Garças - MT. E-mail: ludimira.mila@gmail.com

Lisiane Almeida Ferreira

Licenciada em História (UFMA), Especialista em Filosofia das Ciências Humanas (UFMA), Especialista em Gestão Escolar, Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção (FAVENI), Coordenadora Pedagógica da SEMED-Pinheiro/MA e Coordenadora de implementação, monitoramento e avaliação da Unidade Regional de Educação, URE/Pinheiro. E-mail para contato: lisi-ferreira@hotmail.com

Luciane Maffini Schlottfeldt

Doutoranda – Universidade Franciscana – UFN - Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências e Matemática

Liziany Muller

Possui Bacharelado em Zootecnia (2004) e Licenciatura pelo Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional (2011) ambas pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestrado (2006) e Doutorado (2009) pelo Programa de Pós Graduação em Agronomia na Universidade Federal de Santa Maria, Pós-doutorado em Zootecnia no Programa de Pós Graduação em Zootecnia na Universidade Federal de Santa Maria (2011). Já atuou como: Professora e Orientadora do Curso de Especialização em Tecnologia de Informação e Comunicação da Universidade Aberta do Brasil/UFSM; Professora do Curso de Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do campo-Residência Agrária; Professora e Orientadora do PPGTER - Programa de Pós-Graduação em Tecnologias Educacionais em Rede nível. Mestrado da Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente é professora Associada II, responsável pelo Laboratório Mediações Sociais e Culturais - Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural - Centro de Ciências Rurais - Universidade Federal de Santa Maria; Professora e Coordenadora do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Aberta do Brasil/UFSM; Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural.

Luciane Martins Garlet

Larissa Schlottfeldt Sudati

Acadêmica de mestrado do Programa de Pós Graduação em Extensão Rural da UFSM.

Maria do Socorro Alves Barros

Bióloga e professora da educação básica do Tocantins.

E-mail: socorrobarros_itz@hotmail.com

Maria Inês de Souza

Especialista em Educação Especial, Educação Inclusiva e Múltiplas Deficiências pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI (2022); Especialista em Gestão e organização da escola pela Universidade Pitágoras Unopar (2015); Licenciada em Pedagogia pela Universidade Pitágoras Unopar – UNOPAR (2012).

E-mail: msouza_26@hotmail.com

Nayara Feitosa de Moraes

Especialista em Educação Especial com Ênfase em libras (2013); graduada em Pedagogia pela faculdade Cathedral (2010). Professora e pesquisadora na rede pública de ensino no município de Barra do Garças - MT.

E-mail: nayarafmoraesbg@gmail.com.

Otávio Oliveira Silva

Mestre em Cultura e Sociedade (PGCult-UFMA), licenciado em Filosofia (UFMA). Professor do Ensino Fundamental na Escola Keila Abreu Melo, Peri-Mirim, MA. E-mail: otavio.silva@discente.ufma.br

Rodrigo Pereira Coelho

pedagogo e professor da educação básica do Tocantins.

E-mail: rodrigopcoelho2011@hotmail.com

Vanusa Lima Barbosa da Silva

Especialista em Alfabetização e Letramento pelo Centro Universitário Unicathedral (2019); Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário do Vale do Araguaia – UNIVAR (2017).

E-mail: limabarbosavanusa@gmail.com

Tatiana Maria Pádua Vieira Machado

Pedagoga. Licenciada em Pedagogia (UENF/RJ).

E-mail:tatianamachado21@outlook.com>

Victor Antochaves Sudati

ARCO
EDITORES

PESQUISAS E ESCRITAS INTERDISCIPLINARES

OLHARES CONTEMPORÂNEOS

vol. II

www.arcoeditores.com
contato@arcoeditores.com
(55)99723-4952

